



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia
relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Agosto de 2008.
Área Temática: Biocombustíveis**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	5
Biodiesel	5
Coreanos investirão na produção de biodiesel no Paraná - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 07/08/2008	5
Bahia e Mato Grosso terão novas esmagadoras de soja - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008	6
BNDES financia usina de biodiesel no Centro-Oeste - Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008	7
Etanol	7
Etanol de celulose ganha espaço – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 06/08/2008	7
O despertar da bioeletricidade – Marcos Jank – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 13/08/2008	8
Mudança climática ajuda álcool e prejudica alimento – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 11/08/2008	10
Usineiros terão escritório em país asiático – Gitânio fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/08/2008	11
Fiscais do Trabalho resgatam 89 em condições precárias no ES – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Brasil – 15/08/2008	11
Toyota investe em usina de etanol em Goiás - Mônica Scaramuzzo e Marli – Valor Econômico – Agronegócios - 05/08/2008	12
Projeto prevê plantio de feijão durante entressafra da cana em Pernambuco - Carolina Mandl – Valor Econômico – Agronegócios - 05/08/2008	13
Odebrecht vai investir em Angola – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008	14
Clima favorece a colheita de cana no centro-sul do Brasil – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008	15
BNDESPar será sócia de usinas da Brenco – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008	15
POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS	16
Biodiesel	16
Sonho da 'revolução' do biodiesel de mamona chega ao fim no Piauí – Ribamar Oliveira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008	16
Nauzita orgulha-se de ter recebido Lula. E reclama do salário – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008	17
Agricultor ganha R\$ 164 por mês e faz bico para sobreviver – Ribamar Oliveira e Wilson Pedrosa – O Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008	18
Brasil Ecodiesel nega que distribua cestas básicas – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008	19
Usina de biodiesel substitui mamona por óleo de soja – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008	20
Biodiesel sem a agricultura familiar? - Antônio Marcio Buainain e Junior Ruiz Garcia – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 12/08/2008	20
Rigor com diesel será ainda maior, diz Minc – Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida & - 14/08/2008	22
Brasil busca bactéria para fazer biocombustível – Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 08/08/2008	23
MMA quer conhecer potencial brasileiro de biomassa florestal – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 08/08/2008	24

Variedade descoberta na Espanha interessa à Embrapa – Raquel Salgado – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2008	24
Indústrias descartam uso da mamona – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2008	25
Minc já cede à pressão de lobby ruralista – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008	26
Leilões de biodiesel geram expectativa - Patrick Cruz e Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008	27
Etanol	28
Substituição de gasolina e diesel por biocombustíveis é real – Sítio Eletrônico da Conab – 06/08/08	28
Do Fome Zero aos Agrocombustíveis - Roberto Malvezzi (Gogó) – Sítio Eletrônico da CPT – 12/08/2008	28
Minc e Stephanes dão aval para cana de usina instalada na Amazônia e Pantanal – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 05/08/2008	29
'Vou continuar teimando', diz Lula sobre Doha – Denise Chrispim Marin e Ariel Palácios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2008	29
Leilão negocia 2.900 megawatts de energia produzida da biomassa – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2008	30
Leilão de biomassa tem baixa adesão de usinas – Cristiane Barbieri – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/08/2008	32
Biomassa reforça sistema elétrico em 2009 – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/08/2008	33
Brasil é protagonista da geração de energia limpa e renovável – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/08/2008	34
Cana-de-açúcar não poderá ser plantada na Amazônia – Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 04/08/2008	35
Etanol celulósico no foco da aliança EUA-Brasil – Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 07/08/2008	36
"Somos exportadores de água", diz Marina - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 08/08/2008	36
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	40
Biodiesel	40
Colômbia quer usar biodiesel de palma como alternativa à coca - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 05/08/2008	40
Etanol	42
Para EUA, álcool vira commodity no próximo ano – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/08/2008	42
Usineiros querem recorrer à OMC sobre tarifa de álcool - Marcela Campos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/08/2008	43
Dejeto animal poderia gerar até 2,4% da energia nos EUA - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008	44
Senadora americana teme que tarifa sobre etanol viole regras internacionais - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 13/08/2008	45
Biocombustível sustentável já tem a sua "cartilha" – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2008	46
Segunda Quinzena	
AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	47
Etanol	47
O desafio da cana – Folha de São Paulo – Opinião – 26/08/2008	47

Cortador de cana entra em confronto com PM Confronto entre canavieiros e PM fere 6 –	
Estado de São Paulo – Dinheiro – 26/08/2008	48
TERMINA GREVE DE CORTADORES DE CANA – Folha de São Paulo – Dinheiro –	
28/08/2008	50
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	50
Biodiesel	50
Lula critica uso da soja na produção de biodiesel – Angela Lacerda – Estado de São Paulo –	
Economia e Negócios – 21/08/2008	50
Para presidente, uso da mamona não morreu – Bernardo de Mello Franco – O Globo –	
Economia – 21/08/2008	51
Biodiesel: empresas com Selo vendem 321 mi de litros – Sítio Eletrônico do MDA –	
18/08/2008	52
Etanol	53
Cana-de-açúcar, entre o velho e o novo – Marcos Jank e Elio Neves – Estado de São Paulo –	
Espaço Aberto – 27/08/2008	53
Governo vê trabalho "penoso" na cana – Mário Magalhães – Folha de São Paulo – Dinheiro	
– 27/08/2008	54
Para usineiros, problemas são isolados – Estado de São Paulo – Dinheiro – 27/08/2008	56
MOVIMENTO DE BÓIA-FRIA GANHA ADESÃO EM SP – Folha de São Paulo –	
Dinheiro – 27/08/2008	56
Minc: não haverá plantio nem usinas de cana no Pantanal – O Globo – Capa – 26/08/2008	
	57
Minc nega cana e usina de álcool no Pantanal – O Globo – O País – 26/08/2008	57
Alemanha condiciona acordo nuclear com o Brasil à energia renovável – Graça Magalhães	
– O Globo – Economia – 26/08/2008	58
Ministros divergem sobre plantio de cana no Pantanal – Bernardo de Mello Franco – O	
Globo – O País – 27/08/2008	59
Ministro da Agricultura se irrita com as críticas – O Globo – O País – 27/08/2008	59
Stephanes ressalta harmonização da cadeia de açúcar e álcool – Sítio Eletrônico do MAPA	
– 20/08/2008	60
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	60
Etanol	60
EUA terá megasusinas de energia solar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2008	60
Obama quer acordo com Brasil sobre etanol - José Meirelles Passos – O Globo – economia	
– 28/08/2008	60
O ciclo destruidor da commodity etanol – Sítio Eletrônico do MST – 21/08/2008	61

Biodiesel

Coreanos investirão na produção de biodiesel no Paraná - Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócio - 07/08/2008

A Coréia do Sul, que depende fortemente da importação de fontes de energia, anunciou o plano de investir na produção de biodiesel no Brasil. Um pool de 20 empresas do país deve definir até o fim do ano a localização de uma unidade para processamento de óleo de soja e produção de biodiesel no Paraná. O investimento inicial no projeto será de US\$ 30 milhões.

A preferência é pela instalação da unidade em algum dos municípios da região metropolitana de Curitiba, segundo Hong Soon Kang, presidente da Câmara de Comércio Brasil-Coréia, que representa as empresas nas tratativas com o governo paranaense.

"Essa área seria a ideal porque fica próxima do porto de Paranaguá", disse ele. Toda a produção da unidade será para exportar para a Coréia. O pool de investidores inclui empresas de áreas como a de construção civil, entre elas a Lexel. Kang não informou o nome das demais envolvidas no projeto.

A prioridade será dada à instalação da unidade em área próxima de Curitiba, mas outras alternativas não estão descartadas. No encontro com representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, também foi apresentada a possibilidade de construção na região norte do Paraná, mais próxima das regiões produtoras de soja.

Os coreanos querem decidir sobre a localização entre outubro e novembro, mês em que nova missão dos investidores deve desembarcar no Brasil. A programação prevê início das obras em março de 2009 e término da construção sete meses depois.

Grupos de empresas coreanas ou mesmo investidores individuais do país têm buscado alternativas de produção de combustíveis, inviável no exíguo território coreano. O programa de adição de biodiesel ao diesel convencional da Coréia prevê mistura obrigatório de 3% até 2012. O percentual compulsório é o mesmo adotado pelo Brasil desde o dia 1º de julho.

"As empresas também têm buscado fonte alternativas de energia na Indonésia, na Malásia, nas Filipinas", diz Kang. O aporte de US\$ 30 milhões no projeto paranaense deverá crescer depois do início das operações, que terão como base tanto a produção de soja de agricultores locais quanto em terras próprias do coreanos.

Entre as incursões mais recentes dos coreanos no biodiesel figura a da Samsung, que anunciou no fim de julho um desembolso de US\$ 1,63 bilhão para produzir biodiesel a partir da palma na Indonésia.

A Bioclean Energy prepara-se para reforçar o parque de produção de óleo e farelo de soja do país. A empresa, braço do Endurance Capital Partners (ECP), vai investir quase R\$ 500 milhões em duas unidades de beneficiamento de soja e caroço de algodão em Mato Grosso e na Bahia. A planta mato-grossense também será dedicada à produção de biodiesel.

A primeira das unidades a entrar em operação será a baiana, em Luís Eduardo Magalhães, cidade localizada no pólo de produção de grãos do oeste do Estado. A planta está em fase final de obtenção de licenciamento das obras, programadas para começar em novembro, segundo Sérgio Iunis, presidente da empresa. O prazo previsto para o término da construção é 16 meses, o que fará com que a unidade entre em operação durante a colheita da safra 2009/10.

A área para a instalação da planta, de 100 hectares, já foi comprada. A empresa, que não terá plantio próprio de soja e algodão, abastecerá a unidade com a produção de terceiros, segundo o executivo. "A região tem um potencial ainda grande a ser explorado", afirma Iunis. "Estamos confiantes com Luís Eduardo Magalhães. A região aumentou em 500 mil toneladas a produção de soja em apenas uma safra".

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as quase 500 mil toneladas de aumento da produção de soja na safra 2007/08 na Bahia, concentrada no oeste do Estado, representaram um avanço de 19,2%, para 2,74 milhões de toneladas. Em todo o país, o crescimento foi de 2,9%, para 60 milhões de toneladas. O aumento foi de 1,7 milhão de toneladas.

A capacidade da planta será para o processamento de duas mil toneladas diárias de soja e outras duas mil de caroço de algodão. O óleo e o farelo obtidos com o beneficiamento terão o mercado interno como destino principal, diz o presidente. "Devemos também exportar alguma quantidade de farelo. É questão de mercado. Vai depender do preço", disse.

O cronograma inicial de investimentos da Bioclean na Bahia era superior aos R\$ 200 milhões, já que incluiria também uma unidade de fabricação de biodiesel. Empresa e governo baiano acabaram não chegando a um consenso sobre a concessão de incentivos para essa linha, segundo o executivo, o que acabou excluindo o braço de biodiesel do projeto final.

No Mato Grosso, o investimento será de pouco menos que R\$ 300 milhões. Nessa unidade, que deverá entrar em obras apenas em 2009, o projeto da linha de produção de biodiesel foi mantido. O governo do Estado, sem informar o nome da empresa, afirma que uma nova esmagadora será construída em Rondonópolis e que essa mesma empresa terá uma unidade na Bahia. Iunis não revela o município mato-grossense que receberá a unidade.

A Bioclean Energy é um braço do Endurance Capital Partners (ECP), fundo ligado à gestora Capitânia, criada em 2003 pelas equipes de trading, estruturação e vendas de produtos da área de tesouraria do Bank of America no Brasil. A ECP é uma das parceiras, no país, do banco de investimentos americano Kennedy Partners. Entre os executivos da ECP está Richard Lark, oriundo da Gol Linhas Aéreas, e Fernando Kalleder, com passagens por J. Macêdo e Heringer Fertilizantes.

BNDES financia usina de biodiesel no Centro-Oeste - Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 12/08/2008

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou financiamento de R\$ 128 milhões para a Brasil Bioenergia. Os recursos serão utilizados na implantação de uma unidade integrada para extração de óleo vegetal e produção de biodiesel em Nova Andradina (MS). O investimento total no projeto será de R\$ 160 milhões.

De acordo com o BNDES, os recursos são provenientes da linha de financiamento para projetos de infra-estrutura na área de energia renovável.

Com o empreendimento, serão criados cerca de 140 empregos diretos e aproximadamente 3 mil indiretos. Os empregos indiretos deverão ser beneficiar, principalmente, a área de agricultura familiar, já que pelo menos 10% da matéria-prima será adquirida desses produtores. Essa estratégia visa atender aos critérios para enquadramento no Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O óleo vegetal utilizado na produção do biodiesel será extraído da soja. Mas, segundo nota divulgada pelo BNDES, a Brasil Bioenergia estuda a possibilidade de substituir esse grão gradativamente pelo pinhão-manso, oleaginosa que apresenta maior concentração de óleo e menor custo de esmagamento.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foram produzidos até junho deste ano 435 mil metros cúbicos de biodiesel no país. Em todo o ano de 2007, a produção ficou em 402 mil metros cúbicos. A soja permanece como principal matéria-prima do setor. (*Valor Online)

Etanol

Etanol de celulose ganha espaço – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 06/08/2008

O etanol à base de resíduos de madeira e celulose começa a ganhar adeptos nos países ricos, fenômeno que está sendo considerado como uma das principais novidades no mercado de madeira nas últimas décadas. Ante a controvérsia provocada pelo uso de etanol à base de milho e cereais nos países ricos, governos e investidores passam a olhar com maior atenção, e recursos, o etanol de celulose. Hoje, não existe nenhuma usina produzindo etanol de celulose no mundo de forma rentável. Mas um levantamento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da ONU aponta que 40 usinas estão em plena construção, com planos de começar a produção a partir de 2011. Grande parte delas (31) estão nos Estados Unidos, onde o governo promete incentivos e subsídios para as empresas que desenvolverem o etanol de segunda geração a partir de 2012.

Algumas estimativas apontam que a produção de etanol de celulose poderia atingir entre 50 bilhões e 100 bilhões de litros até 2020. Para isso, vários governos não estão economizando incentivos. O Canadá já distribuirá nos próximos dois anos US\$ 1,4 bilhão a empresários que queiram se aventurar no setor. Nos Estados Unidos, o apoio é de US\$ 1 bilhão.

Na Europa, uma série de iniciativas começam a ganhar forma. Shell, Daimler e Volkswagen adquiriram ações da empresa Choren para a produção de 19 milhões de litros de etanol, com 65 mil toneladas de resíduos de madeira. Uma segunda usina começará a ser construída pelo mesmo grupo a partir de 2012. Na Noruega, dois projetos prometem produzir 1 milhão de metros cúbicos de etanol por ano.

Para Ed Pepke, autor do levantamento, as primeiras empresas a partir para esse novo setor serão as papelerias, que já atuam entre o setor químico e o de madeira. Segundo ele, já existem provas de laboratório que comprovam a eficiência do combustível tanto para veículos como para aviões.

Mas o plano dos países ricos não pára por aí. Europeus e americanos querem ampliar o uso da madeira para aquecer água e edifícios. Hoje, o comércio de biomassa feita a partir de madeira já chega a 11 milhões de toneladas, o dobro do que foi registrado em 2003. O maior exportador é a Alemanha, com 1,4 milhão de toneladas.

O despertar da bioeletricidade – Marcos Jank – Estado de São Paulo – Notas e Informações - 13/08/2008

Bioeletricidade é a energia elétrica produzida a partir de biomassa de origem vegetal. A melhor matéria-prima que se conhece hoje para produzir a bioeletricidade é a cana-de-açúcar, seja porque a cana é uma excelente conversora de luz e água em matéria verde via fotossíntese, seja porque dois terços da energia da planta – presentes no bagaço e na palha –, subutilizados ou desperdiçados ao longo de séculos, só agora começam a ser entendidos e valorizados.

As usinas sucroalcooleiras são auto-suficientes em energia. Após o apagão de 2001, a sociedade descobriu que a bioeletricidade é uma fonte adormecida de energia limpa, renovável e sustentável, fartamente disponível no coração do sistema elétrico nacional (Estado de São Paulo e seu entorno) nos meses mais secos do ano, de abril a novembro. Estima-se que cada 1 mil MW médios de bioeletricidade injetados no sistema do Sudeste equivalem a aumentar o nível dos reservatórios de água em 4%.

Em 2005, o governo criou os primeiros mecanismos para a contratação de bioeletricidade e uma pequena parcela de produtores resolveu participar dos leilões de energia. Hoje, a capacidade instalada no setor atinge 5.300 MW, dos quais 3 mil são injetados na rede elétrica nacional. O número representa ínfimos 3% da matriz elétrica nacional, oferta ainda insignificante ante o potencial disponível.

Em 2008 uma inédita e iluminada convergência de ações entre a Casa Civil, o Ministério de Minas e Energia, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Operador Nacional do Sistema (ONS), os agentes de distribuição e de transmissão e os produtores permitiu a montagem de um primeiro programa de peso para a bioeletricidade. Em menos de um ano os agentes públicos e privados envolvidos conseguiram solucionar uma imensa lista de obstáculos de financiamento, de licenciamento ambiental e de conexão das usinas à rede elétrica. Estudos de planejamento e otimização de velhas e novas redes elétricas, consultas públicas, reuniões exaustivas, uma gama de decretos e portarias, racionalização de processos, novos procedimentos e marcos regulatórios e, sobretudo, profundas mudanças culturais dos agentes envolvidos permitiram o despertar dessa extraordinária fonte alternativa de energia elétrica.

Apenas em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul foram identificados 210 empreendimentos com capacidade instalada potencial de 14.800 MW até 2015 e potencial de exportação de 10.200 MW para o sistema elétrico. Esse potencial, equivalente a uma usina do porte de Itaipu, está hoje adormecido nos canaviais da região.

Infelizmente, contudo, apenas 39 empreendimentos que operam com biomassa da cana, e que juntos somam somente 2.800 MW, ofereceram as garantias finais para participar do leilão de energia de reserva marcado para o dia de amanhã. As razões para a pequena oferta neste leilão são facilmente identificadas:

Dependendo da localização do projeto e da configuração geográfica da rede de transmissão existente, os elevados custos de conexão, definidos como de responsabilidade dos empreendedores, inviabilizaram a habilitação de muitos projetos.

Houve uma expressiva elevação dos custos de investimento e operação da co-geração de energia, que praticamente dobraram em relação a 2007. Destacam-se a alta dos preços da terra, dos principais insumos agrícolas, da mão-de-obra e, principalmente, do aço (leia-se: máquinas e equipamentos das centrais de co-geração).

As novas usinas que estão em construção (greenfields) já foram concebidas para operar com caldeiras de alta eficiência e apresentam, portanto, menor custo operacional. Mais de 60% da biomassa, porém, encontra-se em regiões tradicionais de cana, onde predominam usinas muito antigas (retrofits), que precisam trocar caldeiras e fazer grandes reformas estruturais, que levam a um maior custo da eletricidade produzida. Além disso, após dois anos de preços baixos de açúcar e etanol, a grande maioria dos produtores não enxergou vantagens econômicas para despertar o terceiro produto da cana no leilão de amanhã. É preciso entender que a bioeletricidade não é um subproduto que gera renda adicional para o setor sucroenergético, mas sim um elemento central de garantia da rentabilidade do setor, desde que remuneradora.

Tudo indica que os fatores econômicos continuarão sendo o principal obstáculo para a expansão da oferta de bioeletricidade. O preço inicial do leilão estabelecido pela EPE aparentemente não causou grande entusiasmo no setor. Entendemos que é fundamental uma revisão dos critérios de precificação da bioeletricidade, de forma a refletir os reais custos de co-geração, reconhecendo as externalidades positivas para a sociedade da produção de energia limpa e renovável, em tempos de mudança climática e aquecimento global.

Com 46% de energia renovável, o Brasil pode-se orgulhar de ter uma matriz energética limpa e renovável, movida por água, luz e fotossíntese. Em 2008 a biomassa de cana já será a principal fonte de energia termoelétrica do País (30%), à frente do gás natural, dos derivados de petróleo, da energia nuclear e do carvão mineral. Com ela o Brasil dependerá menos das chuvas e da escassez de combustíveis fósseis e de carvão.

Apesar de insuficiente para efetivamente despertar de vez a bioeletricidade, o leilão de amanhã será um primeiro passo fundamental para tornar a matriz energética brasileira ainda mais limpa e sustentável. Ele servirá como aprendizado para melhorar as condições regulatórias e de precificação deste novo e essencial produto, ainda pouco conhecido. A geração de grandes volumes de biocombustíveis e bioeletricidade a partir da biomassa das plantas tropicais é um processo inexorável. A sua velocidade depende, no entanto, de formuladores de políticas visionários, capazes de antecipar o futuro mudando conceitos e paradigmas. ***Marcos Sawaya Jank é presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)**

Terra adequada à cana crescerá 139% no país até 2050, se temperatura subir 3C - Aquecimento soma R\$ 23 bi ao potencial econômico do setor sucro-alcooleiro; os alimentos, porém, podem perder R\$ 10 bi com o calor

Mesmo sem uma política contundente de adaptação e mitigação às mudanças climáticas globais, o governo brasileiro deve ter sucesso na sua política de biocombustíveis, mostra um estudo a ser divulgado oficialmente hoje em São Paulo. O aquecimento global, porém, pode colocar em risco a segurança alimentar da população brasileira, diz a pesquisa.

"Em termos de produção de alimentos, os nossos dados mostram que ficaremos na corda bamba. Mas não é uma visão catastrofista, as soluções existem", disse à **Folha** o pesquisador Eduardo Assad, da Embrapa Informática Agropecuária. Ele é um dos coordenadores do estudo que estima os impactos da alteração global do clima sobre a agricultura brasileira. O trabalho também teve participação de Hilton Pinto, pesquisador da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Segundo o estudo da dupla, as áreas potenciais para a cultura da cana-de-açúcar vão crescer 139% até 2050, caso a temperatura aumente em média 3C. Esse crescimento significará R\$ 23,5 bilhões a mais no PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio nacional.

"A política de biocombustíveis, por causa disso, continuará muito bem", diz Assad. A cana-de-açúcar é um vegetal que gosta de calor. Com o aquecimento global, algumas áreas que hoje não são adequadas ao cultivo dessa planta passarão a ser. Contudo, diz Pinto, no Centro-Oeste, a cultura vai ter problemas com a falta d'água. "A irrigação terá de ser maior", afirma o cientista.

A boa notícia para a indústria sucro-alcooleira, porém, é uma exceção à regra. Assad e Pinto analisaram o impacto da mudança climática para o cultivo de nove vegetais no Brasil. A cana-de-açúcar e a mandioca foram os únicos para os quais houve uma projeção de melhora com o aumento da temperatura média. A área para a mandioca, diz o estudo, deverá crescer 13% até 2050.

Segundo Assad, apesar do aumento do potencial para o setor sucro-alcooleiro, o estudo não indica que a fronteira da cana deva avançar sobre a floresta amazônica. "Cultivar cana na floresta [pelo menos em áreas centrais da Amazônia] não tem lógica do ponto de vista do clima e nem da logística". Essa é a conclusão de um outro estudo dos pesquisadores, ainda inédito, encomendado pela Casa Civil, de Brasília.

Menos soja - O maior prejuízo ocorrerá nas plantações de soja, aponta o novo estudo. A área adequada ao grão diminuirá 34% até 2050. Em termos financeiros, isso significa uma queda na produção da ordem de R\$ 6,3 bilhões. "Em termos geográficos, a soja deverá sumir, por exemplo, de grande parte do Rio Grande do Sul", diz Pinto.

O aquecimento global também vai reduzir a área ótima para lavouras de café (queda de 17% na área de potencial cultivo), de girassol (-16%), de milho (-15%), de algodão (-16%), de arroz (-12%) e de feijão (-10%).

Pelos cálculos feitos a preços de hoje, em 42 anos o clima vai causar, em todo o Brasil, um prejuízo de R\$ 10,7 bilhões, referente às culturas que perderão territórios adequados.

"Na conta geral, por causa da cana-de-açúcar, haverá até um saldo positivo, mas o importante é olhar para cada uma das culturas", afirma Pinto. O estudo fez projeções também para 2070. As tendências para cada cultura são as mesmas, mas os números são maiores.

Usineiros terão escritório em país asiático – Gitânio fortes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/08/2008

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) anunciou ontem que até o final do ano deve instalar escritório na Ásia. A sede está entre Tóquio (Japão) e Pequim (China). Atualmente a entidade conta com representações em Washington (EUA) e Bruxelas (sede da Comissão Européia). A entidade, que reúne 110 produtores de cana-de-açúcar do centro-sul do país, apresentou campanha publicitária para divulgar marca do álcool produzido no país. Há estratégias para abordar o mercado brasileiro, EUA e Europa. Segundo Marcos Jank, presidente da Unica, a intenção é usar o termo "etanol" no lugar de álcool combustível.

Há um mês e meio a Unica encaminhou à ANP (Agência Nacional do Petróleo) pedido para que a substituição se torne oficial, incluindo a identificação nas bombas dos postos. Para Jank, a palavra "álcool" tem "conotações negativas", agravadas pela aplicação da Lei Seca no país. De acordo com a Unica, a ANP informou que, para haver a mudança, é necessário realizar uma consulta pública. (GF)

Fiscais do Trabalho resgatam 89 em condições precárias no ES – Thiago Reis - Folha de São Paulo – Brasil – 15/08/2008

O grupo móvel da Superintendência Regional do Trabalho do Espírito Santo anunciou ter encontrado 2.500 trabalhadores de uma usina de cana em condições degradantes. Segundo o grupo, 89 foram resgatados.

As blitze ocorreram nos municípios de Conceição da Barra e Pedro Canário, em unidades sob responsabilidade da Infinity Bio-Energy. Nos relatórios de fiscalização, aos quais a Folha teve acesso, o auditor Rodrigo de Carvalho relata que, na Disa, uma das unidades da Infinity, trabalhadores tiveram a carteira de trabalho retida por dois meses, sem receber salário. Além disso, foram detectadas irregularidades nas instalações e nas condições da jornada de trabalho.

Na Disa, havia 1.663 trabalhadores; na Cridasa (a outra unidade), 837. Segundo Carvalho, a empresa se comprometeu a regularizar a situação e houve apenas o resgate de 25 pessoas na Cridasa e 64 na Disa -que, insatisfeitas, quiseram voltar aos locais de origem. No caso da Disa, o auditor diz que, durante a operação, os trabalhadores resgatados disseram que foram procurados por funcionários da empresa para assinar avisos prévios de demissão, datados de 2 de julho, para não caracterizar o resgate

O presidente e sócio da Infinity Bio-Energy, Sérgio Thompson-Flores, afirmou que não recebeu nenhum comunicado de resgate de trabalhadores e que as demissões ocorreram por iniciativa da empresa.

A empresa nega que tenha cometido fraude nos avisos prévios e diz que foi ela quem chamou a Superintendência apenas para avaliar os desligamentos. Thompson-Flores diz que a Infinity assumiu formalmente as duas unidades há pouco tempo -uma delas há menos de um mês-, e que, por isso, não foi possível fazer todos os ajustes.

Toyota investe em usina de etanol em Goiás - Mônica Scaramuzzo e Marli – Valor Econômico – Agronegócios - 05/08/2008

A Toyota Tsusho, trading da montadora japonesa, finaliza estudos para a construção de uma usina de etanol no sudoeste de Goiás. O projeto da Toyota será em parceria com a Petrobras e produtores de cana da região de Itumbiara, cidade onde a usina deverá ser construída.

"Estamos em fase final de viabilidade econômica desse projeto", disse Carlos Ogasawara, assessor da diretoria da trading japonesa. Procurada, a Petrobras confirmou interesse no projeto, mas não detalhou como serão feitos os investimentos.

Segundo Ogasawara, a Toyota e a Petrobras serão sócias de produtores de cana da região. "O projeto não sairia do papel se não achássemos os parceiros agrícolas. Mas já os encontramos e estamos em negociação", disse.

O Valor apurou que os investimentos na usina poderão chegar a US\$ 200 milhões. O projeto prevê a moagem de cerca de 4 milhões de toneladas de cana. Toyota e Petrobras serão sócias minoritárias, com cerca de 20% de participação cada uma. Os parceiros agrícolas responderão pela fatia restante. No início de julho, a Petrobras confirmou um investimento desse porte com a japonesa Mitsui em uma usina em Itarumã, também em Goiás. A estatal pretende firmar sociedade com produtores em cerca de 20 projetos de usinas para exportar álcool para o Japão.

Goiás tem recebido pesados investimentos nesse segmento de grupos nacionais e, mais recentemente, de multinacionais. Segundo Luiz Medeiros, secretário de Indústria e Comércio do Estado, tem pesado na decisão desses grandes grupos a construção da ferrovia Norte-Sul, que ajudará a escoar a produção sucroalcooleira.

"A Toyota assinou há algum tempo protocolo de intenções para investir no Estado. Mas os investimentos dependeriam da solução logística", afirmou Medeiros. O Estado já tem licitado 500 quilômetros da ferrovia. "Até 2010 boa parte dela [Norte-Sul] estará em operação", disse.

Prestes a tirar da General Motors o posto de maior fabricante de veículos do mundo, a Toyota está em plena fase de maturação de ambicioso plano de investimentos em uma nova fábrica de automóveis no Brasil. Em meados do mês passado, a montadora confirmou a compra de um terreno em Sorocaba (SP), onde pretende construir uma fábrica de alto volume de produção de carros compactos daqui a três anos.

No mesmo estilo discreto, por meio do qual ganhou espaço no mercado mundial de veículos, a montadora prepara toda a cadeia que cerca o projeto de um novo modelo de carro - da rede de fornecedores de peças ao combustível mais adequado para a região.

Até hoje, a direção mundial da Toyota se mostrava distante do uso do etanol. Mas com a definição da nova fábrica brasileira, para a qual reserva um grande volume de recursos, ainda não detalhados, a empresa mostra interesse em explorar melhor o mercado dos combustíveis alternativos.

No fim do ano passado, Ryuji Yamaguchi, responsável geral pela área de projetos da companhia, disse em Nagoya, sede da Toyota, no Japão, que a empresa quer experimentar todo o tipo de energia alternativa. "Mas alguns tipos, como os biocombustíveis, são difíceis de usar porque há limitações. Somente mercados com estrutura de fornecimento, como o Brasil, podem usar o etanol", destacou.

Os executivos da Toyota costumam defender a idéia de desenvolver o carro certo para cada mercado. O responsável pelas vendas na divisão Américas, Shunichi Nakanishi, também revelou na ocasião que o custo da importação do combustível brasileiro pelo Japão pode não compensar.

Para mercados com consumidores de maior poder aquisitivo, como Japão e Estados Unidos, a empresa continua empenhada no aperfeiçoamento dos modelos híbridos. A Toyota foi uma das primeiras a lançar carros híbridos, há dez anos, e hoje oferece oito modelos desse tipo de automóvel, que alterna o uso de baterias e gasolina. As vendas ainda se concentram nos mercados de países desenvolvidos. Trata-se de uma tecnologia ainda cara para mercados como os países da América do Sul.

Além do projeto de usina em Goiás, a montadora poderá investir em outras regiões do país. A trading poderá fazer parceria com as construtoras Odebrecht e Queiroz Galvão, além da Petrobras novamente e a trading japonesa Itochu em projetos de biocombustíveis na Bahia e Pernambuco.

Em nota divulgada pela Petrobras no mês passado, essas empresas assinaram memorando de entendimento que prevê estudos para avaliar o potencial "de produção de etanol a partir da cana-de-açúcar e o biodiesel a partir de pinhão-manso, mamona e dendê" na região chamada de "Canal do Sertão Pernambucano". Segundo Renato Cunha, presidente do Sindicato da Indústria de Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar/PE), esse projeto tem tudo para sair logo do papel. **(Colaborou Carolina Mandl, do Recife)**

Projeto prevê plantio de feijão durante entressafra da cana em Pernambuco - Carolina Mandl – Valor Econômico – Agronegócios - 05/08/2008

A partir de 2009, os produtores de álcool e açúcar de Pernambuco podem começar a ceder parte de suas terras durante a entressafra para pequenos agricultores. A idéia inicial, lançada pelo governo estadual e apoiada pelo Sindaçúcar (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco), é que de março a agosto a cana-de-açúcar ceda terreno ao feijão.

O projeto está em elaboração, mas, segundo Renato Cunha, presidente do Sindaçúcar. A previsão é que os produtores de açúcar e álcool coloquem uma parcela dos seus terrenos à disposição de agricultores familiares de graça. "Em troca, a indústria receberia uma terra mais rica, já que o feijão tem a característica de melhorar as áreas onde é plantado", afirmou.

Neste momento, o Sindaçúcar está elaborando um plano de ação que será enviado ao governo estadual, responsável por coordenar a iniciativa. Por isso ainda não se sabe que dimensões a plantação de feijão em canaviais alcançará.

Em tempos em que o debate sobre a concorrência entre o plantio de alimentos para a fabricação de etanol e para a nutrição ganha força, o governador Eduardo Campos disse que o projeto visa mostrar que essa concorrência não existe. A previsão é que seja cultivado um tipo de feijão, desenvolvido pela Rede Nordeste de Biotecnologia, com um crescimento 50% mais rápido do que o tradicional. O governo estadual deve ficar responsável por distribuir os lotes aos agricultores.

Segundo o governador, a iniciativa também tem a intenção de apresentar ao governo federal o setor sucroalcooleiro de uma nova forma. Recentemente, os usineiros de Pernambuco estiveram na mira do Ibama. As 24 usinas do Estado foram autuadas em R\$ 120 milhões por falta de licenças ambientais e supressão de áreas de preservação permanente e reserva legal. "Vamos fazer o jogo do contrário".

Hoje, o Sindaçúcar se reúne com o Ministério Público Federal e com o Ibama. O objetivo dos usineiros, segundo Cunha, é tentar uma conciliação. O setor alega que não vinha desrespeitando a lei, já que assinaram no ano passado um termo de compromisso ambiental com o governo estadual, no qual cada usina se comprometeu a recuperar seis hectares e a plantar mudas.

O grupo vai construir uma usina em Angola. "O projeto industrial está quase concluído", afirmou Clayton Hygino Miranda, vice-presidente da ETH Bionergia, braço sucroalcooleiro da companhia, ao Valor. Os projetos do grupo para esse setor também incluem a criação de uma trading para comercializar açúcar e álcool no mercado externo.

O projeto agrícola para Angola está mais adiantado, disse Miranda. "A CanaViallis [] foi contratada para desenvolver variedades de cana específicas para aquela região." A usina será construída em um terreno que pertence à construtora Odebrecht, explicou Miranda, sem dar mais detalhes. Esse projeto terá como sócios produtores de cana locais e a estatal petrolífera. O valor do investimento não foi divulgado.

A decisão de investir na África é estratégica para o grupo por dois motivos. Primeiro, porque a Odebrecht já tem uma infra-estrutura naquele país. O outro é o fato de que a produção de açúcar do continente pode entrar na União Européia sem tarifa de importação, uma vez que esses países são ex-colônias. A Açúcar Guarani, do grupo francês, também tem uma usina em Moçambique.

Segundo Miranda, a usina de Angola não será controlada pela ETH Bionergia, uma vez que os investimentos estão sendo tocados diretamente pela Odebrecht.

Criada em julho do ano passado como um novo negócio do grupo Odebrecht, a ETH Bioenergia tem um orçamento de R\$ 5 bilhões para a construção de pelo menos nove usinas de açúcar e álcool no país, com capacidade de moagem de 27 milhões de toneladas de cana próximos anos. O grupo escolheu São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás para se tornar seus principais pólos de produção.

Em 2007, o grupo adquiriu duas usinas - a Alcídia, em São Paulo, e a Eldorado, em Rio Brilhante, no sul do Mato Grosso do Sul. Juntas, essas unidades devem processar nesta safra 2008/09 cerca de 3,7 milhões de toneladas. Os planos da ETH para 2009 são colocar três das nove unidades do grupo em operação. Em 2010, mais três unidades. E, em 2011, o restante.

Em São Paulo, a ETH escolheu a região do Pontal do Paranapanema para investir em cana. Além da Alcídia, outra unidade, a Conquista do Pontal, já está sendo erguida. No Mato Grosso do Sul, além da usina Eldorado, o grupo também está construindo uma planta em Nova Andradina. Em Goiás, a primeira usina do grupo a entrar em operação será a Rio Claro, em Caçu, no sudoeste do Estado.

Também em Goiás o grupo tem planos de construir outra usina na cidade de Itarumã. Mas as negociações estão mais complicadas. O Valor apurou que o grupo disputa a mesma área agrícola com um outro gigante nessa região. O grupo, que será sócio da americana em duas usinas no Estado, também tem projetos em Itarumã. Questionado sobre a disputa, Miranda preferiu não comentar.

Segundo ele, a ETH agora está reforçando sua atuação como trading. Miranda, egresso da, foi o responsável pela implantação desse projeto na companhia. "Esse projeto já fazia parte dos planos do grupo quando ETH foi criada." Àquela época, Miranda tinha sido nomeado presidente da companhia. Ao completar um ano, no dia 3 de julho, José Carlos Grubisich, que estava à frente da Braskem, braço petroquímico da Odebrecht, assumiu a presidência. Miranda, então, passou para a vice-presidência e ficou responsável pela área estratégica da companhia.

Neste primeiro ano, o grupo deverá exportar 400 mil toneladas de açúcar, das quais 170 mil são produção própria. Para 2009, a expectativa é embarcar 600 mil toneladas. O grupo também deverá negociar este ano 350 milhões de litros de álcool, dos quais 200 milhões são produzidos pelas duas usinas do grupo. No caso do álcool, metade será exportada para os Estados Unidos, sobretudo. O restante será negociado no mercado interno.

Clima favorece a colheita de cana no centro-sul do Brasil – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008

A colheita de cana no centro-sul do país totalizou 214,305 milhões de toneladas de abril até o dia 1º de agosto, um volume 11,57% maior sobre o mesmo período do ano passado, segundo levantamento da União da Indústria da Cana-de-Açúcar). As condições climáticas do mês de julho foram favoráveis, permitindo que as usinas recuperassem o atraso da moagem durante o início da safra 2008/09.

A produção de açúcar, no mesmo período, atingiu 10,725 milhões de toneladas, queda de 2,5% sobre o mesmo período de 2007. A oferta de álcool combustível ficou em 9,797 bilhões de litros, alta de 15,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Segundo a Unica, as usinas negociaram 1,8 bilhão de litros de álcool em julho, volume 10% maior sobre os negócios realizados em junho. As exportações ficaram em 650 milhões de litros no mês passado.

A expectativa da Unica é de que a moagem atinja 50% do total da cana até o final da primeira quinzena de agosto. A produção de álcool anidro será suficiente para atender a mistura de 25% na gasolina até o início da próxima safra, segundo a entidade.

As exportações de álcool do centro-sul estão estimadas em 4,2 bilhões de litros na safra 2008/09. No Brasil, os embarques devem totalizar entre 4,8 bilhões e 5 bilhões de litros, segundo projeções de analistas de mercado. Entre abril e julho, as usinas do centro-sul exportaram 1,7 bilhão de litros, dos quais 70% para os EUA e 20% para a União Européia. No mesmo período de 2007, os embarques ficaram em 1,19 bilhão de litros.

BNDESPar será sócia de usinas da Brenco – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008

A empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será sócia das quatro usinas de álcool que o grupo está construindo no Centro-Oeste do país. "Ainda estamos em negociação. Mas participação do banco nesse negócio deverá ficar entre 15% e 20%", afirmou Alfredo Freitas, principal executivo financeiro (CFO) do grupo, ao Valor.

Em comunicado, o banco informou que está financiando R\$ 1,2 bilhão para que a Brenco implante as quatro usinas nos municípios de Alto Taquari (MT), Costa Rica (MS) e Mineiros (GO), que terá duas unidades. Todos esses projetos somam R\$ 1,8 bilhão e devem processar 15 milhões de toneladas de cana. Duas das quatro unidades começam suas operações em 2009 e as outras duas, em 2010. Do total que será financiado, R\$ 140 milhões serão em subscrições de ações do banco no grupo. O BNDESPar também é sócio da , de Sertãozinho (SP), e da , de Pradópolis (SP).

A companhia, criada oficialmente em março do ano passado, é comandada pelo ex-presidente da , Henri Philippe Reichstul. Ao fazer sua estréia no setor, a Brenco informou que iria captar US\$ 2 bilhões para tocar seus projetos no país. Segundo Freitas, a captação já soma US\$ 280 milhões. "Esse valor [captado por meio de equities] já é suficiente para tocar os primeiros quatro projetos do grupo."

Entre os principais acionistas da Brenco estão pesos pesados como o ex-presidente americano Bill Clinton, Steve Case, ex-, o investidor Vinod Khosla, um dos fundadores da , o empresário Ricardo Semler e James D. Wolfensohn, ex-presidente do Banco Mundial.

A meta do grupo é processar cerca de 40 milhões de toneladas de cana até 2014. As primeiras quatro usinas do grupo deverão produzir, juntas, 1,4 bilhão de litros de álcool, boa parte destinada ao mercado externo, e vão comercializar até 220 MW de energia elétrica a partir do bagaço da cana.

Desde 2004 até julho, o BNDES liberou R\$ 10 bilhões para o setor sucroalcooleiro. Esses recursos são destinados à expansão de unidades em operação e para novas usinas. Em 2007, o banco liberou R\$ 3,6 bilhões. Até julho, foram liberados R\$ 2,7 bilhões. (MS)

Biodiesel

Sonho da 'revolução' do biodiesel de mamona chega ao fim no Piauí – Ribamar Oliveira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008

Depois de três anos, o sonho do presidente Lula de produzir biodiesel de mamona parece ter chegado ao fim. Ao colherem este ano uma safra irrisória, os pequenos agricultores do projeto Santa Clara, localizado entre as cidades de Canto do Buriti e Eliseu Martins, no sul do Piauí, sobrevivem de favores, de cestas básicas, e estão convencidos de que plantar mamona não é um bom negócio.

A própria empresa Brasil Ecodiesel, encarregada do empreendimento, já procura alternativas à mamona e passou a fazer experimentos na região com outras plantas, como o girassol e o pinhão manso. Mas as iniciativas são preliminares, pois ainda faltam conhecimentos técnicos mais profundos sobre as culturas alternativas.

Como resultado do fracasso do empreendimento, a usina de produção de biodiesel mantida pela empresa em Floriano, a 260 quilômetros de Teresina, capital do Piauí, está em ritmo lento e vem utilizando basicamente a soja como matéria-prima, na ausência da mamona. No projeto Santa Clara, a imagem é de abandono, com muitas famílias deixando a área e as casas, construídas no início do projeto, desocupadas e destelhadas.

PRIMEIRA COLHEITA - No dia 4 de agosto de 2005, Lula participou da primeira colheita de mamona no projeto Santa Clara, que serviria de modelo para a integração da agricultura familiar ao programa do biodiesel. Na época, o entusiasmo do presidente era grande. Ele chegou a dizer aos pequenos agricultores presentes na solenidade que era possível fazer “uma revolução” a partir da mamona. A realidade, porém, mostrou-se bastante diferente do sonho vendido pelo presidente.

“Não colhi mamona nenhuma este ano”, disse o agricultor Pedro José de Souza Filho, que guarda uma foto de Lula, quando o presidente visitou a sua modesta casa, durante a solenidade da colheita de 2005. “Só colhi mesmo dois sacos de feijão.” E Pedro não foi o único que não colheu nada ou quase nada.

No início do ano, uma praga de lagartas dizimou os primeiros plantios de mamona do assentamento. A empresa Brasil Ecodiesel, parceira dos agricultores no empreendimento, foi obrigada a fazer o replantio. Mas não houve tempo. Em algumas áreas, a empresa chegou a arar a terra, mas a maior parte ficou sem plantio, o que afetou o rendimento dos agricultores.

O montante da safra deste ano ainda não é conhecido, mas as evidências indicam enorme frustração. “A safra de 2008 foi um desastre”, disse Lino Hipólito Neto, um dos líderes dos agricultores. Ele próprio não colheu uma saca sequer de mamona. A empresa Brasil Ecodiesel informou ao Estado que “os volumes são relativamente baixos frente ao tamanho do projeto de agricultura familiar que a empresa desenvolve no Brasil, com cerca de 30 mil famílias”. Os agricultores, que são chamados de “parceiros”, dizem que a produção vem caindo ano após ano.

Em 2005, o primeiro ano do empreendimento, a colheita foi excepcional. Um levantamento feito pelos próprios agricultores indica que a safra do ano em que Lula visitou o empreendimento

foi de 1,8 mil toneladas. No ano seguinte, a produção caiu para 1,2 mil toneladas. Em 2007, ano de pouca chuva, a produção caiu para somente 643 toneladas. Este ano, acredita-se que a colheita não tenha chegado à metade daquela obtida no ano passado.

A expectativa da empresa Brasil Ecodiesel era que cada parceiro conseguisse uma produtividade de pelo menos uma tonelada de mamona por hectare. “Em 2005, alguns parceiros chegaram a colher 2 toneladas por hectare”, lembrou Lino Neto. Mas a produtividade foi caindo a cada ano, por causa de uma série de fatores, incluindo a falta de correção do solo e a piora na qualidade das sementes utilizadas, segundo informaram os agricultores.

CÉLULAS - O projeto Santa Clara impressiona por suas dimensões. No início, eram 665 famílias distribuídas em 19 assentamentos, chamados de “células”. Cada uma das famílias ganhou um lote de 8,5 hectares. Deste total, 5 hectares deveriam ser destinados ao plantio da mamona e 2,5 hectares ao plantio do feijão.

A empresa ficaria com 30% da produção de cada “parceiro” para cobrir os seus custos com o empreendimento e os adiantamentos de dinheiro feitos aos agricultores. Não seria permitido o cultivo de qualquer outro produto na área. Apenas um hectare ficaria para que o “parceiro” pudesse cultivar o que desejasse. Mas essa regra não foi seguida por todos. Como o cultivo da mamona não apresentou os resultados esperados, alguns agricultores passaram a plantar mandioca e milho para aumentar sua renda. A empresa terminou aceitando a solução.

Porém, mesmo com essa flexibilização, a sobrevivência dos “parceiros” está dependendo da boa vontade da Brasil Ecodiesel, que paga, por mês, R\$ 164 para cada família e ainda distribui uma cesta básica. Mas isso é um favor prestado pela empresa, pois não está no contrato, e os agricultores não sabem como irão um dia pagar esses benefícios. Por causa das dificuldades, os agricultores estimam que cerca de 40 famílias já deixaram o empreendimento.

Nauzita orgulha-se de ter recebido Lula. E reclama do salário – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008

Os dois estão satisfeitos com a vida no projeto Santa Clara. “Os meninos não querem sair daqui”, diz Nauzita Andrade de Souza. Ela e o marido, Pedro José de Souza Filho, receberam o presidente Lula em sua residência, em agosto de 2005, durante a primeira colheita de mamona do empreendimento.

Mesmo feliz onde está, Nauzita reclama. “Eu acho bom, mas o dinheiro é muito pouco”, diz, ao lembrar que a empresa Brasil Ecodiesel paga apenas R\$ 164 por mês para cada família. O casal tem de pagar prestação de R\$ 59. Assim, a renda líquida mensal familiar é de apenas R\$ 105.

Pedro não esquece a visita de Lula. “Depois que o presidente veio aqui, surgiu o boato de que ele tinha me dado R\$ 10 mil. Muita gente vinha à minha casa para ver se eu tinha ganho uma geladeira ou fogão”, relembra.

A queda dos rendimentos dos agricultores do projeto Santa Clara está afetando o comércio da região. “Já estou tendo prejuízo, pois as pessoas ficam sem pagar suas contas”, reclama Teodoro Alves Bezerra, proprietário do Mercado Bezerra. A loja fica na pequena cidade de Eliseu Martins, a menos de 20 quilômetros do empreendimento. O comerciante explica que os agricultores recebem R\$ 164 por mês da empresa Brasil Ecodiesel, mas a maioria paga prestações que fizeram para comprar móveis e outros utensílios domésticos. “No fim, eles ficam com pouco dinheiro.”

Plantar mamona era uma atividade que não existia em Canto do Buriti ou em Eliseu Martins, antes do projeto Santa Clara. “Nessa região nunca se falou em plantio de mamona”, informa Teodoro Bezerra. “As culturas daqui sempre foram de milho, feijão e mandioca”, reconhece. Ele não vê futuro para a mamona.

“Os próprios agricultores de Santa Clara não acham que é bom negócio plantar mamona. Eles só plantam porque está no contrato”, revela o comerciante, ao se referir ao acordo entre a empresa Brasil Ecodiesel e os seus “parceiros”.

A prefeita de Eliseu Martins, Terezinha Dantas (PSDB), lembra que, no início do projeto Santa Clara, muita gente se beneficiou. Mas agora, segundo ela, a realidade mudou. “A cada dia, a miséria está fluindo”, diz. “É um estado de calamidade, pois eles recebem R\$ 164 por mês. Esse dinheiro dá para o quê?”, questiona. Ela diz que a prefeitura também está ajudando os agricultores. “Às vezes, damos medicamentos para o posto de saúde de lá”, informa.

Para complementar a renda, alguns agricultores se transformam em “tapadores de buracos” na rodovia que liga Canto do Buriti a Eliseu Martins. A rodovia estadual corta o projeto Santa Clara e alguns de seus trechos estão intransitáveis. Quando a reportagem do Estado passou pelo local, os “agricultores” Raimundinho e Ana Rita estavam em plena atividade. Ele retirava terra na margem da estrada e ela, grávida, tapava os buracos, usando uma pá. Antes de cada carro passar, ela jogava um pouco de terra nos buracos, na esperança de ganhar alguns trocados dos motoristas.

“A gente fica aqui enquanto não colhe a mamona”, disse Raimundinho, tentando se justificar. Mesmo com as dificuldades atuais do projeto Santa Clara, onde a colheita de mamona é cada vez menor, os dois “parceiros” da empresa Brasil Ecodiesel não querem abandonar o empreendimento. “De onde eu vim, não davam o dinheirinho que a gente recebe aqui”, explicou o “tapador de buracos”, numa referência aos R\$ 164 que recebe da Brasil Ecodiesel.

Embora algumas famílias tenham abandonado o projeto, a maioria absoluta não “arreda o pé” do local, na esperança de se tornar proprietária definitiva do lote em que trabalha. A área do projeto de 40 mil hectares foi doada pelo governo do Piauí à Brasil Ecodiesel, mediante o compromisso de que, após 10 anos, os agricultores se transformassem em proprietários de seus lotes.

“Eles dizem que no contrato que assinaram ficou acertado que a empresa também dará a eles R\$ 9 mil depois de 10 anos”, informou Teodoro Bezerra. A empresa Brasil Ecodiesel nega a existência do compromisso de pagar R\$ 9 mil aos seus parceiros. A esperança de se tornar proprietário de um pequeno pedaço de terra é o que mantém os trabalhadores no projeto Santa Clara.

A empresa Brasil Ecodiesel negou, em nota dirigida ao Estado, que distribuía cestas básicas aos agricultores do projeto Santa Clara. “A Brasil Ecodiesel não distribui cestas básicas. A empresa distribui, mensalmente, desde 2005, com base em seu fundo de segurança alimentar, uma complementação de alimentos a cada família, que varia de acordo com o número de membros das famílias.”

A empresa disse que essa distribuição não é uma obrigação contratual e, atualmente, é gerenciada pelos próprios parceiros rurais.

A nota diz ainda que os agricultores familiares no Canto do Buriti recebem mensalmente da Brasil Ecodiesel um adiantamento no valor de R\$ 160,00 referente à safra contratada. “O adiantamento busca apoiar os agricultores em sua estruturação e manutenção no período que antecede a colheita, não configurando pagamento de salário ou vínculo empregatício, nem tampouco empréstimo para restituição com produção de mamona”, diz a nota.

“O Núcleo Santa Clara foi criado pela Brasil Ecodiesel em 2004 a partir da certeza de que é possível promover uma transformação social no campo. Representa nova proposta fundiária conduzida por uma empresa privada que também estimula o empreendedorismo dos trabalhadores rurais, para inseri-los no mercado de maneira economicamente viável”, afirmou a empresa.

Em Brasília, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) disse ao Estado que está concluindo a análise dos documentos apresentados pela Brasil Ecodiesel que tratam das matérias-primas que a empresa utiliza para produzir biodiesel. “Devemos fechar em breve nosso parecer”, disse o coordenador do programa de biodiesel no Ministério, Arnaldo Campos.

SELO - A Brasil Ecodiesel possui o chamado Selo Combustível Social, que atesta que a empresa compra da agricultura família parte das sementes usadas na produção do biodiesel. Esse selo garante, por exemplo, benefícios fiscais às empresas que o detêm. Cabe ao Ministério da Agricultura checar, periodicamente, se os produtores que possuem o selo estão cumprindo as exigências relativas à compra de produtos dos agricultores familiares.

Campos disse que há cerca de 30 dias foi detectado um “problema” na análise dos números de 2007 da Brasil Ecodiesel. “Detectamos um problema. A quantidade de matéria-prima que ela adquiriu (da agricultura familiar) era inferior ao que seria necessário para ela produzir o que produziu”, disse Campos. “Pode ser que ela tenha uma justificativa. Houve uma seca no Piauí em 2007, que afetou a produção de mamona. Isso, por exemplo, foge ao controle da empresa,”

A Brasil Ecodiesel produz biodiesel em seis usinas espalhadas por Estados do Sul, Norte e Nordeste no País. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), de janeiro a maio deste ano o grupo produziu (somadas as seis unidades) 83.670 metros cúbicos de biodiesel.

Usina de biodiesel substitui mamona por óleo de soja – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/08/2008

Não há movimento de caminhões no pátio da usina de biodiesel da Brasil Ecodiesel, em Floriano. As evidências são de que a fábrica funciona em ritmo lento e a produção é mínima. Há denúncias na cidade de que a empresa começou a demitir parte dos funcionários. Essa usina de biodiesel foi montada para processar a mamona produzida no projeto Santa Clara. O problema é que não há mamona suficiente para fazer a fábrica produzir - além disso, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o biodiesel produzido apenas com mamona é muito viscoso e danifica os motores.

A empresa Brasil Ecodiesel admite que está produzindo biodiesel com óleo de soja. “O óleo de soja ainda representa mais de 90% dos óleos utilizados para a produção de biodiesel da Brasil Ecodiesel em suas unidades industriais”, diz comunicado da empresa enviado ao Estado. O comunicado é ambíguo, pois não especifica qual é a matéria-prima usada na produção do biodiesel na usina de Floriano. “A companhia pretende reduzir o percentual de utilização do óleo de soja na medida em que sua estratégia de originação (sic) agrícola seja expandida, elevando o percentual de utilização dos óleos de mamona, girassol e, no longo prazo, pinhão manso”, diz o comunicado.

Há um motivo para a fabricação do biodiesel da mamona por agricultores familiares. A produção de combustível de mamona ou de outras oleaginosas, no regime da agricultura familiar, concede ao empreendedor o “selo combustível social”, que dá direito a incentivos fiscais: isenção das contribuições para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para o Programa de Integração Social (PIS). Também dá direito a financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Nordeste (BnB) e do Banco da Amazônia (Basa) a juros mais baixos.

O secretário de governo da prefeitura de Floriano, Edilberto Batista de Araújo, não tem dúvidas de que o futuro da usina da Brasil Ecodiesel é a soja. Segundo ele, o cultivo está em expansão no sul do Piauí. “Temos cerca de 2 milhões de hectares de cerrado, área propícia à produção de soja. Esta é uma das últimas fronteiras agrícolas do País.”

Biodiesel sem a agricultura familiar? - Antônio Marcio Buainain e Junior Ruiz Garcia – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 12/08/2008

O Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB) foi lançado com três objetivos imediatos: fortalecer a imagem do Brasil como produtor de energia limpa e renovável, ampliar e consolidar a cadeia produtiva do biocombustível e promover o fortalecimento produtivo da agricultura familiar (AF). As metas eram ambiciosas: 2% de mistura facultativa em 2006-2007; 2% de obrigatória a partir de janeiro de 2008; 3% de obrigatória a partir de julho 2008; e 5% em 2013. Passados 4 anos do lançamento, já é possível identificar os rumos que o PNPB vem tomando.

Os dois principais setores associados à produção de biodiesel vêm evoluindo em ritmos incompatíveis. A indústria respondeu positivamente aos incentivos: em pouco mais de 4 anos, 56 unidades com capacidade instalada para produzir 2,9 bilhões de litros por ano foram autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Entre 2005 e junho de 2008, foram negociados, nos leilões da ANP e da Petrobrás, 1,8 bilhão de litros, 1,46 bilhão para entrega até junho de 2008. No entanto, a produção registrada entre março de 2005 e maio de 2008 foi de 825 milhões de litros, restando 620 milhões aparentemente sem cobertura. Até dezembro de 2007, deveriam ter sido entregues 885 milhões de litros, mas a produção foi de apenas 472 milhões. Tudo indica que outros

contratos tampouco serão efetivados por falta de matéria-prima e preços remuneradores.

Já aquele que deveria ser um dos principais fornecedores de matéria-prima, o agricultor familiar, não respondeu com igual intensidade. Nem poderia, dada a fragilidade histórica desse segmento, os fracos incentivos e o fato de ter sido inserido na aventura de produzir biodiesel sem que a cadeia produtiva tenha sido devidamente estruturada. Com base nas estimativas de biodiesel negociado nos leilões, a AF deveria ter fornecido matéria-prima para a produção de 529,7 milhões de litros. Isso demandaria aproximadamente 1 milhão de toneladas de mamona, mas a produção no triênio 2005-2007 foi de 362 mil toneladas e a estimada pelo IBGE para 2008 é de apenas 150 mil. Portanto, a produção continua insuficiente para suprir a demanda.

De um lado, os produtores enfrentam problemas técnicos para transformar uma produção até então quase extrativa em cultivo organizado para atender a contratos com quantidade e prazo para entrega do produto. De outro, o preço da mamona dobrou entre o início de 2007 e julho de 2008, quando era cotado, no mercado baiano, a R\$ 1.416 a tonelada de baga. Esse preço, sustentado pela demanda pelo tradicional óleo de mamona no mercado internacional, praticamente inviabiliza o uso dessa oleaginosa para a produção de biodiesel.

Cabe ressaltar, ainda, a entrada em vigor da Resolução ANP nº 7, de março de 2008, que redefiniu as especificações técnicas do biodiesel e, com isso, inviabilizou o uso direto do biodiesel de mamona por causa da elevada viscosidade. Esses números e informações levam à conclusão de que ficou ainda mais difícil inserir a agricultura familiar no agronegócio do biodiesel, principalmente no Nordeste, onde a única alternativa que teria alguma viabilidade é a mamona. Um reflexo dessa situação é que a Brasil Ecodiesel, empresa que simbolizou o PNPB no Nordeste e financiou a produção de agricultores familiares, vem tendo dificuldades para manter a produção e os contratos, pois parte dos produtores desvia a matéria-prima para o mercado e os custos de produção parecem superar os preços fixados nos leilões. Resultado: as ações caíram 70% nos últimos 12 meses (revista Exame, 10 julho de 2008).

Na prática, estima-se que de 70% a 80% do biodiesel produzido no País utilizou óleo de soja; 10 a 15%, gordura animal; e o restante, outras oleaginosas (entre elas a mamona). Não há dúvida quanto à capacidade da agricultura brasileira de atender a essa demanda adicional de soja. A questão que se coloca é se vale a pena, para o País, seguir essa trajetória contrária à imagem que se está corretamente tentando construir para o biocombustível nacional, como energia limpa que promove o desenvolvimento local, gera benefícios ambientais globais, promove a inclusão social e não compete com a produção de alimentos. Não seria o caso de rever as metas, que têm se revelado irrealistas, e investir para viabilizar o uso da mamona ou outras plantas, e a contribuição da agricultura familiar?

*Antônio Márcio Buainain é professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: buainain@eco.unicamp.br

*Junior Ruiz Garcia é doutorando de Desenvolvimento Econômico, IE/Unicamp. E-mail: jrgarcia@eco.unicamp.br

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou ontem que o impasse sobre o teor de enxofre no diesel brasileiro está chegando ao fim. “Havia um impasse. A Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) afirmava que não havia tido tempo para se preparar para os novos motores com especificação Euro 4. O atraso foi tão grande que a solução encontrada é antecipar a próxima etapa, o Euro 5”, disse o ministro.

Isso significa que os motores sairão de fábrica, se tudo funcionar como o ministro planeja, com um padrão de emissões ainda mais rígido do que o recomendado pela resolução 315/02 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que exigia que os fabricantes de autopeças se encaixassem no padrão Euro 4 - o que alinha a emissão de poluentes ao padrão hoje existente na Europa - até janeiro de 2009.

Sem dar mais detalhes, Minc afirmou ainda que o diesel que abastecerá esses motores será o chamado S10, que possui 10 partes de enxofre por milhão, em vez do S50 (50 partes de enxofre por milhão), que seria utilizado nos motores Euro 4. Atualmente, o diesel que abastece a frota de caminhões e ônibus brasileiros contém 500 partes por milhão nas grandes cidades e chega a 2 mil ppm no interior do País.

Minc anunciou ainda que em outubro chegam ao mercado os primeiros automóveis com a especificação do consumo de combustível. “Os carros sairão de fábrica já com a etiquetagem, o que será uma ferramenta para que se exerça o consumo consciente”, afirmou na abertura da Mostra Socioambiental da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

DESMATAMENTO - O ministro também anunciou que o desmatamento da Amazônia durante o mês de julho sofreu redução “muito significativa”. No entanto, não quis antecipar os números, que serão divulgados na próxima semana pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). “Eu credito isso não só ao aumento da fiscalização, mas ao trabalho que temos feito com as cadeias produtivas da madeira, do minério, da soja. É mais eficiente do que simplesmente a fiscalização”, disse.

As empresas paulistas assinaram ontem um acordo com o Ministério do Meio Ambiente se comprometendo a só comprar madeira nativa de origem legal e extraída de áreas de manejo florestal. O compromisso, assumido por Paulo Skaf, presidente da Fiesp, tem o objetivo de combater o desmatamento na região amazônica por meio do incentivo ao consumo de madeira de procedência certificada.

Pesquisadores brasileiros vão mergulhar fundo na busca de bactérias que possam atuar na produção de biocombustíveis.

Fundo mesmo, a cerca de dois mil metros de profundidade, que é onde se encontra a Elevação do Rio Grande, no Atlântico. Em torno dessa cadeia de montanhas submarinas, localizada a três mil quilômetros de distância da costa do Rio Grande do Sul, cientistas da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) vão fazer um trabalho de bioprospecção de microorganismos marinhos.

— Vamos coletar e estudar bactérias marinhas produtoras de enzimas celulasas e lipases — explica o biólogo da Univali André Oliveira de Souza Lima, coordenador do projeto.

— Essas enzimas podem ser usadas em diferentes processos industriais, como o setor têxtil, de detergentes, de produção de couro e também em biocombustíveis. Afinal, a decomposição da celulose está na base da produção do biodiesel.

O trabalho de bioprospecção da equipe de André é, na verdade, um subprojeto de um subprojeto.

Sem demérito algum. Ele faz parte do Mar-Eco, que pesquisa a biodiversidade das cadeias do Atlântico Sul. O Mar Eco, por sua vez, é um dos um dos 17 projetos paralelos do Censo da Vida

Marinha, um estudo internacional, iniciado em 2000, envolvendo 1.700 cientistas de mais de 70 países.

Mais ambiciosa empreitada para revelar a biodiversidade dos oceanos, seu objetivo é fazer um levantamento de toda a vida no mar. Apenas 230 mil espécies são conhecidas, mas estima-se que existem dois milhões ainda a descobrir nos oceanos.

— O foco da nossa viagem é o estudo da biodiversidade marinha daquele ambiente de águas profundas. O foco é o Mar-Eco — conta o biólogo. — Dentro desse contexto, vamos fazer o nosso trabalho, bastante específico, que é a prospecção dessas bactérias.

Tolerância à grande variação de pressão

De acordo com o pesquisador da Univali, bactérias de mares profundos possuem características próprias, já que se adaptaram a esses ambientes.

Características que, segundo ele, podem ter um grande valor econômico.

— Esses organismos toleram uma grande variação de pressão, por exemplo. E isso pode ser extremamente útil para aplicações industriais, já que elas podem ser mais resistentes.

Já estudei uma bactéria que veio de um ambiente similar, as fossas termais, e ela suportava temperaturas de até 95 graus Celsius. Isso dá uma idéia de como esses organismos são singulares.

O projeto de bioprospecção de microorganismos da Univali teve seu financiamento garantido recentemente pelo International Centre For Genetic Engineering And Biotechnology (ICGEB), uma ONG que investe em pesquisas de ponta em países em desenvolvimento.

Financiamento que vai ser direcionado, entre outras coisas, para a tecnologia de coleta desse material.

— Qualquer que seja a embarcação que utilizarmos, ela precisará estar adaptada a esse tipo de trabalho. Isso inclui o uso de cabos de aço de grande extensão, com uma espécie de alçapão, que vai coletar os sedimentos no fundo do mar.

São esses sedimentos que contém as bactérias que estamos procurando.

MMA quer conhecer potencial brasileiro de biomassa florestal – Lucia Leão – Sítio Eletrônico do MMA – 08/08/2008

Não basta ser legal. A madeira explorada nas florestas brasileiras precisa também ser utilizada de forma racional, sem desperdícios e de modo a proporcionar melhorias na qualidade de vida da população. Para isso o País precisa de informação e tecnologia, focos de dois estudos que foram contratados pelo Ministério do Meio Ambiente para conclusão ainda este ano.

Um estudo vai mapear e quantificar os resíduos e os subprodutos da cadeia de produção da madeira da floresta às madeireiras - e outro levantar as possibilidades tecnológicas de transformar esse material em biomassa para produção de energia.

A utilização integral das árvores abatidas em florestas cultivadas e florestas nativas manejadas, transformando galhos, cascas, serragem, aparas e outros resíduos em produtos de alta densidade energética, reduzirá, na expectativa da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, a pressão sobre as florestas, cada vez mais utilizadas como fonte de energia em diversos segmentos industriais.

Os briquetes de resíduos também poderão alimentar pequenas termoelétricas destinadas a atender comunidades isoladas da Amazônia. A carência de energia - nas localidades onde existe, vem de termoelétricas a diesel - é um dos principais fatores para implantação de projetos de desenvolvimento sustentável na região.

O levantamento da localização e volume de biomassa florestal disponível cobrirá os estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso, na Amazônia, e Minas Gerais e São Paulo, na região Sudeste. A pesquisa de alternativas tecnológicas será focada nas diferentes formas de produção e potencial energético da biomassa de resíduos florestais condensados. Também será estudado resultado econômico desse tipo de energia para os consumidores finais.

Os resultados dos dois estudos, concebidos para balizar estratégias de investimento e programas do MMA, serão disponibilizados para todos os órgãos e instâncias de governo, entidades civis e empresários interessados em utilizar o combustível

Variedade descoberta na Espanha interessa à Embrapa – Raquel Salgado – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2008

Pode estar na Espanha a salvação da mamona brasileira, mais especificamente na cidade de Córdoba. Pesquisadores do Instituto de Agricultura Sostenible, ligado ao Ministério da Ciência e Inovação, descobriram que há uma variedade da planta com viscosidade bem menor do que a da maioria das variedades encontradas no Brasil, o que possibilitaria o uso do óleo na fabricação de biodiesel dentro das especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Liv Soares Severino, pesquisador da Embrapa-Algodão, conta que a instituição entrou em contato com os pesquisadores espanhóis e espera até o fim deste ano visitá-los para saber mais sobre as descobertas. Ainda não há nenhum entendimento formal entre as partes, mas Severino diz que a Embrapa e a Petrobras Biocombustível estão interessadas nas pesquisas.

Severino não se espera, contudo, efeitos práticos no curto prazo. "Esse tipo de iniciativa demora de oito a dez anos", afirma. Segundo ele, será preciso trazer as espécies para o Brasil e

cruzá-las com variedades já conhecidas no país para se chegar a resultados satisfatórios. "A única coisa que essa mamona tem de melhor é a viscosidade menor. No resto, as variedades que encontramos aqui são superiores. Teríamos que fazer adaptações", explica.

Uma resolução da ANP de março deste ano estabelece critérios físicos e químicos para classificar o biodiesel. A mamona, por ser muito viscosa, não obedece a alguns desses critérios e pode ser prejudicial aos motores de veículos. "A ANP apenas fez aquilo que os técnicos de todo o país que lidam com biodiesel já esperavam", diz Luiz Pereira Ramos, professor da Universidade do Paraná (UFPR) e pesquisador do tema.

Segundo ele, há muito tempo se sabe que a mamona precisaria ser usada em associação com o diesel ou com outra oleaginosa, como soja e girassol. Em seminário realizado recentemente em Salvador, representantes da disseram ser possível fazer biodiesel com até 30% de mamona na mistura. Ramos acredita ser difícil chegar a esse percentual. "Creio que seja difícil passar dos 15%", diz.

Hoje em dia é bem mais interessante para o produtor vender a mamona ou seu óleo, também chamado de óleo de rícino, para indústria química do que para a do biodiesel, diz o pesquisador. Já Severino, da Embrapa, acredita que quando o setor estiver desenvolvido, será mais interessante vender para as usinas de biodiesel.

Indústrias descartam uso da mamona – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2008

A mamona, defendida pelo governo como alternativa ideal para a inserção da agricultura familiar na cadeia de produção de biodiesel, ainda é descartada pela maioria absoluta das fabricantes do combustível. Em pesquisa apresentada ontem no Congresso Brasileiro de Agribusiness, da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), simplesmente nenhuma empresa declarou utilizar a matéria-prima.

"Sobre a mamona, existem duas certezas: que ela não serve como alimento e que não serve para o biodiesel", disse Marcello Brito, diretor comercial da . "Ela pode se tornar uma boa alternativa no futuro, mas, no momento, não é. O governo é que tem insistido".

O estudo foi elaborado pela própria Agropalma como tentativa de fazer um retrato das ações de sustentabilidade no mercado de biodiesel, sobre as quais há poucas informações disponíveis, segundo Brito. O estudo acabou limitado pelo receio das companhias em revelar dados sobre suas operações. "Todos querem dados sobre o mercado, mas ninguém se dispõe a fornecê-los. Todo mundo quer ir para o céu, mas ninguém quer morrer", diz o diretor.

Das cerca de 40 empresas em operação no país, 18 dispuseram-se a participar, mas foram 11 as que enviaram suas respostas. Ainda que tenha sido um levantamento "por amostragem", diz ele, essas companhias foram responsáveis, respectivamente, por 47% e 32% do volume arrematado nos dois últimos leilões realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Soja e sebo animal, isoladamente ou consorciadas, representaram 73% da matéria-prima utilizada pelas fabricantes entrevistadas - no mercado, estima-se que, sozinha, a soja responda por 90% da base de produção de biodiesel. "Fala-se do biodiesel como uma oportunidade de inclusão da agricultura familiar, mas quem na agricultura familiar produz soja ou sebo?", diz Brito. A Agropalma fabrica biodiesel a partir da palma, mas as vendas do combustível representam apenas 2% do faturamento da companhia, que foi de R\$ 395 milhões em 2007.

A mamona não foi excluída do mercado, mas sua baixa produtividade e produção concentrada na agricultura de pequena escala afastam as indústrias. A ANP considera a viscosidade

da oleaginosa imprópria para a produção do combustível sem a adição do óleo de outras matérias-primas.

Entre as empresas entrevistadas na pesquisa, 22% têm faturamento de até R\$ 25 milhões. As de faturamento entre R\$ 100 milhões e R\$ 250 milhões representam 33% da amostra, e as de receita anual superior a R\$ 500 milhões são 45% do total.

Em ações de apuração da sustentabilidade das empresas, 55% informaram não ter estudos documentados sobre impacto das atividades sobre a água, o solo e as populações locais e 64% não dispõem de informações desses impactos sobre o solo ou a fauna.

Minc já cede à pressão de lobby ruralista – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008

Pressionado nos bastidores, o governo começa a aproximar suas posições políticas das demandas do lobby ruralista no Congresso. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, já admite ceder em dois pontos considerados cruciais pelos ruralistas para acelerar a regularização ambiental e a criação de alternativas de exploração econômica na Amazônia.

Após reunir-se com o colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, na terça à noite, Minc anunciou a intenção de permitir a recomposição de reservas legais em áreas diferentes das regiões desmatadas, uma antiga reivindicação dos ruralistas. Pela proposta, os produtores poderiam adquirir novas áreas de floresta para compensar o desmatamento ocorrido em suas fazendas ou "adotariam" áreas públicas de floresta nativa. Na Amazônia, o produtor é obrigado a manter 80% da área como reserva legal. No Cerrado, 35%. Nas demais regiões, a lei exige 20% de reserva.

Após reunir-se com o colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, na terça à noite, Minc anunciou a intenção de permitir a recomposição de reservas legais em áreas diferentes das regiões desmatadas, uma antiga reivindicação dos ruralistas. Pela proposta, os produtores poderiam adquirir novas áreas de floresta para compensar o desmatamento ocorrido em suas fazendas ou "adotariam" áreas públicas de floresta nativa. Na Amazônia, o produtor é obrigado a manter 80% da área como reserva legal. No Cerrado, 35%. Nas demais regiões, a lei exige 20% de reserva.

Após reunir-se com o colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, na terça à noite, Minc anunciou a intenção de permitir a recomposição de reservas legais em áreas diferentes das regiões desmatadas, uma antiga reivindicação dos ruralistas. Pela proposta, os produtores poderiam adquirir novas áreas de floresta para compensar o desmatamento ocorrido em suas fazendas ou "adotariam" áreas públicas de floresta nativa. Na Amazônia, o produtor é obrigado a manter 80% da área como reserva legal. No Cerrado, 35%. Nas demais regiões, a lei exige 20% de reserva. "Estamos estudando a viabilidade legal disso. A recuperação teria que ser no bioma e no Estado de origem", disse Minc. "No caso da área pública, o produtor poderia adotar uma área referente ao que tem, por lei, que recompor. É bom para ele e bom para o governo".

Minc disse que o principal é "incentivar" a recuperação de áreas degradadas. "E incentivar quem quer fazer a reserva legal, mesmo em área fora da sua propriedade, porque não diminui a produção". No lado da criação de alternativas à exploração predatória das florestas, Minc também admitiu permitir a recomposição de metade das áreas de reserva legal com o plantio de espécies exóticas, como o dendê. Nesse caso, seria "um triplo ganho", segundo o ministro: "Seqüestra carbono, produz um combustível que emite menos gases e ainda recupera áreas degradadas", disse. "Agricultura e meio ambiente estão cada vez mais próximos na sua percepção. Nós queremos produção sustentável, e agricultura quer a conservação dos solos e a proteção da água".

A convergência das posições de ambientalistas e ruralistas no governo tem, entretanto, opositores no Congresso. "É só um remendo. Se não votarmos a MP do novo código florestal,

vamos continuar criando conflitos entre decretos, portarias e outras iniciativas", disse o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), relator da Medida Provisória nº 2166, editada em 2001 pelo então ministro e atual deputado Sarney Filho (PV-MA) para ampliar a área de reserva legal.

De outro lado, o deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB-PA) defende a recomposição com o uso de espécies exóticas na Amazônia. "Daria para plantar quatro bilhões de árvores na Amazônia". Segundo ele, a solução é usar os 18 milhões de hectares abertos com pastagens e várzeas com plano de manejo e recuperação com tecnologia, além de permitir a recomposição de metade das áreas alteradas com plantas exóticas.

O governo avalia que os produtores têm sido punidos ao buscar a regularização ambiental de sua propriedade. E prepara a modificação de um decreto, hoje na Casa Civil, para evitar multas a quem quiser regularizar sua situação. "Essa legalização deve ser incentivada e não punida", disse Minc. **(Com Agência Brasil)**

Leilões de biodiesel geram expectativa - Patrick Cruz e Rafael Rosas – Valor Econômico – Agronegócios - 14/08/2008

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizará hoje e amanhã dois leilões de venda de biodiesel cercados de expectativa. Serão as duas primeiras rodadas depois da inauguração da unidade de produção do combustível da , localizada em Candeias (BA). Ontem, até o fim do dia, no entanto, nem a estatal havia decidido se participaria dos leilões.

Se, por um lado, a presença da estatal aumenta a garantia de oferta de biodiesel no mercado, sua participação reforça o temor de que os preços recebidos pelas fornecedoras sejam baixos. "A participação da agora não faz muito sentido, a não ser que ela queira puxar o preço para baixo", diz Odacir Klein, presidente executivo da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio).

O biodiesel brasileiro é altamente dependente da soja, matéria-prima que viveu momentos de preços recordes durante o segundo trimestre deste ano. Com a soja mais cara, a margem para as produtoras do combustível ficou mais apertada. Esse cenário forçou a inadimplência na entrega.

Alisio Mendes Vaz, vice-presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), estima que 30% do volume arrematado para abastecer o mercado no terceiro trimestre não foi entregue. Ainda assim, a situação está "sob controle", segundo ele. "O momento mais crítico ocorreu entre maio e junho", diz.

O terceiro trimestre coincidiu com a elevação, de 2% para 3%, da mistura obrigatória do biodiesel no diesel convencional. Mesmo com o aumento, o nível de inadimplência caiu um pouco. Sem fornecer maiores detalhes, Edson Silva, superintendente de abastecimento da ANP, afirma que as entregas melhoraram depois da obrigatoriedade do B3.

"Fizemos um estudo comparando o período de abastecimento de B3 com o de abastecimento do B2, tomando o número igual de semanas em um período igual. A oferta de B3 é maior que a de B2. Portanto, o índice de adimplência do B3 está sendo maior que o de B2", disse. "Mas tem uma diferença: no B2, você tinha uma empresa só, a , que controlava mais de 42% da oferta, coisa que não acontece agora com o B3".

Entre as punições previstas para as empresas que deixam de entregar o biodiesel arrematado nos leilões está o impedimento de participação nas rodadas seguintes. Isso não tem ocorrido. Segundo a ANP, 57 usinas estão habilitadas para os leilões de hoje e amanhã.

A agência informa que só pode excluir as fabricantes quando recebe notificação da Petrobras, mas esses informes não têm sido apresentados. A Petrobras Biocombustível vai inaugurar no dia 20 sua segunda unidade de produção de biodiesel, localizada em Quixadá (CE). Procurada, a Petrobras preferiu não conceder entrevista. **(*Valor Online)**

Etanol

Substituição de gasolina e diesel por biocombustíveis é real – Sítio Eletrônico da Conab – 06/08/08

A substituição dos combustíveis fósseis pelos biocombustíveis nos principais países produtores, como Brasil, Estados Unidos, França e Alemanha é uma realidade que veio para ficar, segundo alguns analistas que participam do encontro sobre produção de alimentos, que termina hoje na sede da Conab, em Brasília.

Na Europa, o uso crescente do diesel se reflete na produção de biodiesel, que já responde por 70% do consumo, segundo o professor de Agronegócios da Universidade de Brasília (UnB), Josemar Medeiros. Ele calcula que, em 2015, os Estados Unidos vão destinar cerca de um terço da produção de 50 milhões de toneladas de milho para a extração de etanol. Sobre esse aspecto, Medeiros alerta para questões que podem comprometer a expansão dos empreendimentos, como a elevação dos custos no mercado.

Já o doutor em economia pela Universidade de Hamburgo, Adriano Benayon, defende que o governo deve dar maior incentivo à produção de biomassa, aproveitando áreas de pastagem em benefício dos pequenos produtores. “Há área disponível para produção bioenergética e de alimentos, onde pelo menos 40% desse espaço pode ser usado para a biomassa”.

Questões como zoneamento agroambiental da cana-de-açúcar, certificação sócio-ambiental do álcool e boas práticas no processo de colheita pelas usinas e trabalhadores estão sendo analisadas pelo governo, segundo o especialista em Regulação da Unb, Rodrigo Rodrigues. Para ele, os biocombustíveis estão surtindo efeitos no abastecimento interno e nos preços dos alimentos, merecendo das autoridades planejamentos estratégicos e investimentos na área de produção, transporte e exportação.

Do Fome Zero aos Agrocombustíveis - Roberto Malvezzi (Gogó) – Sítio Eletrônico da CPT – 12/08/2008

Quando Lula tomou posse, uma de suas primeiras atividades foi reunir seu ministério e levá-lo até Guaribas, sertão do Piauí. Andando longo trecho de ônibus, os ministros que só conheciam o sertão pelos livros e TVs, puderam pôr o pé na realidade. O gesto era simbólico e, como já advertia Frei Betto, não era a revolução, mas era o que podia um governo eleito pelo voto. Lula proclamara o “Fome Zero” como uma das metas principais de seu governo. Depois, diante de observações feitas aqui das bases do Nordeste, o próprio Ministério do Meio Ambiente proclamou o “Sede Zero”. De qualquer forma, soava diferente de todos os governos anteriores.

O tempo se encarregou de mudar Lula e seu governo. A adesão firme ao agro e hidronegócios fez com que optasse pelos transgênicos ao invés de uma agricultura familiar diversificada e rica em alimentos, embora invista também nela, mas jamais na mesma proporção. Optou pela transposição do São Francisco ao invés de investir em obras descentralizadas de abastecimento, como as adutoras para as cidades do Nordeste. Finalmente, optou pelos agrocombustíveis em detrimento da produção de alimentos. Dá para demarcar passo a passo, numa linha do tempo, as mudanças profundas na rota do governo Lula.

Em Salvador, inaugurando obras e fomentando a aqüicultura nos mangues brasileiros, também em detrimento das populações pesqueiras do litoral, Lula disse que “não seria louco de deixar de encher o tanque do povo para encher o tanque dos carros”. De repente, parecia o velho Lula, com aquele semblante de indignação diante das injustiças brasileiras. Mas, a realidade é que ele estava apenas querendo justificar sua opção pelos agrocombustíveis, sempre na argumentação que não existe paradoxo entre produzir alimentos e agrocombustíveis. O assunto é uma espada no

pescoço de seu governo e não faltam estatísticas de todos os tipos para contestar a linha de pensamento do presidente.

Esses dias o preço das commodities agrícolas despencou e o programa do biodiesel da mamona faliu. O aumento da fome no mundo, em um ano, já passa de 100 milhões de pessoas. O preço dos alimentos explodiu. Contraria as metas do milênio e coloca a humanidade numa encruzilhada tenebrosa. O governo, ao pôr os melhores solos brasileiros a favor dos agrocombustíveis, ao incentivar a América Central e a África para o mesmo caminho, a pretexto de favorecer a renda dos agricultores, pode estar incentivando a escassez de alimentos no mundo. E não adianta falar em safra recorde porque essas commodities não põem a mesa do povo brasileiro.

Assim, um governo que fez do combate à fome sua grife, pode terminar seus dias colaborando com o aumento da fome sistêmica em todo o planeta.

Minc e Stephanes dão aval para cana de usina instalada na Amazônia e Pantanal – Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Vida & - 05/08/2008

Os ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, e Carlos Minc, do Meio Ambiente, chegaram a um entendimento sobre o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal.

Na Amazônia, segundo os ministros, não haverá novos plantios, mas a área ocupada com usinas já instaladas poderá ser mantida. Há três usinas na região: no Acre, no Amazonas e no Pará. Stephanes defendia o plantio da cana nas áreas de savana de Roraima, mas não haverá autorização para o cultivo generalizado nessa região.

No caso do Pantanal, não será permitido o plantio nas áreas de planície. No planalto, áreas consolidadas há mais de dez anos poderão ser mantidas, especialmente aquelas que ocupam pastagens degradadas, desde que se utilize o plantio direto, com o revolvimento da terra a cada cinco anos. “Não haverá a aprovação de nenhum projeto novo na região”, disse Stephanes. “Este é um acordo que não quebra a produção e reduz o assoreamento dos rios da planície pantaneira”, completou Minc. A decisão final, entretanto, caberá ao Palácio do Planalto.

'Vou continuar teimando', diz Lula sobre Doha – Denise Chrispim Marin e Ariel Palácios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/08/2008

Em visita oficial à Argentina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ontem, diante de uma platéia de cerca de mil empresários brasileiros e argentinos, que insistirá na retomada das negociações da Rodada Doha. As discussões sobre o novo acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) chegaram a um colapso na semana passada, em Genebra. Lula, entretanto, não conseguiu da presidente argentina, Cristina Kirchner, nenhum sinal de abrandamento das divergências sobre a abertura do mercado industrial nas negociações da Rodada Doha e do Mercosul.

“Eu não estou desanimado. Quero dizer a vocês que ainda vou continuar teimando para ver se construímos uma saída”, disse Lula, a apenas três dias da tentativa de sensibilizar o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, sobre a necessidade de retomar as negociações multilaterais de comércio.

“Se nós não concluirmos o acordo de Doha, pode ser que o Brasil e a Argentina não sofram tanto. Mas os países mais pobres, que têm de ser incentivados a produzir alimentos e, para isso, precisam ter o mercado aberto dos países ricos, não irão produzir alimentos e continuarão a passar fome. E no mundo rico haverá legislação mais dura para proibir o trânsito das pessoas mais pobres, criando mais dificuldades para a imigração”, disse Lula, em seu improviso na abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina.

Evidenciado nos momentos cruciais das negociações de Genebra, o impasse entre Brasil e Argentina sobre a oferta de abertura de mercado industrial não tende a ser um entrave apenas na hipótese de retomada das negociações da Rodada Doha. Essas divergências deverão minar as alternativas do Mercosul ao fracasso total da Rodada, ou seja, as discussões sobre acordos comerciais com países desenvolvidos, a começar pela União Européia.

“A frustração da Rodada Doha exige que multipliquemos, em outros tabuleiros (de negociações), nossos esforços. A Argentina e o Brasil podem liderar a resposta do Mercosul e da América do Sul a esses desafios. Nossa aliança estratégica é a espinha dorsal desse projeto.”

Da parte de Cristina Kirchner e sua equipe, não houve sensibilidade ao chamado. No domingo, pouco antes de receber Lula na Base Aérea de Buenos Aires, o chanceler argentino, Jorge Taiana, tentou dar um tom apaziguador à questão, ao afirmar que é preciso convergência de posições. Mas, ontem, os resultados foram nulos.

Em seu discurso, Cristina disse que, “distanciados de questões dogmáticas”, os dois países têm de saber exatamente os valores em barganha nas negociações. A presidente referiu-se, indiretamente, ao acordo agrícola, considerado irrisório pela Argentina em relação aos cortes de subsídios dos EUA e à abertura dos mercados europeu e asiático, para compensar a abertura do mercado industrial do Mercosul.

Na Rodada Doha, o Brasil ofereceu um corte de cerca de 60% nas tarifas de importação de bens industriais, em troca do acordo na área agrícola. E obteve o consentimento dos países mais desenvolvidos à preservação de uma margem de proteção à indústria do Mercosul. Ao salientar que essa exceção não seria suficiente, a Argentina abriu um flanco de divergência com o Brasil

Enquanto o impasse continua, empresários brasileiros deixavam claro a Lula e a seus colegas argentinos que a abertura de mercados se tornou elemento essencial para aumentar a competitividade dos setores produtivos do Mercosul.

Leilão negocia 2.900 megawatts de energia produzida da biomassa – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 14/08/2008

Depois de muitas idas-e-vindas, o governo promove hoje, via internet, o primeiro leilão de reservas para contratação de energia produzida da biomassa. A disputa vai ocorrer a partir das 10 horas e envolve a comercialização de 2.921 megawatts (MW) de energia para entrega a partir de 2009 e 2010.

No total, 44 empreendimentos vão participar do certame, a maioria do setor sucroalcooleiro. O número de inscritos, no entanto, foi decepcionante. A primeira habilitação teve 118 interessados, num total de 7.800 MW. Desses, apenas 89 foram considerados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aptos a participar do leilão. Nem todos, porém, aceitaram as condições oferecidas pelo governo, e declinaram.

Segundo o consultor da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), Onorio Kitayama, apesar de todos os esforços, não se conseguiu um consenso em relação a todos os problemas. Uma das principais divergências está associada à questão da conexão, cujo custo terá de ser dos produtores.

Além disso, o preço não foi considerado atrativo por todos os produtores, completou o presidente da Unica, Marcos Jank. O preço inicial para o leilão foi de R\$ 157 o MWh. Na competição, esse valor vai caindo conforme os lances dos vendedores. “Esse valor ficou aquém do esperado”, diz Jank.

A explicação é que o aquecimento do setor com a construção de novas unidades provocou uma “inflação nos investimentos”. Isso fez com que os orçamentos fossem alterados, diz Kitayama. Junta-se a isso o atual momento de baixa rentabilidade do setor, com preços baixos do açúcar e do álcool. “Se os dois outros mercados não estão dando lucro, o produtor vai entrar num terceiro que também não dá?”, questiona.

Para o governo, porém, o preço é bastante atrativo. Na avaliação do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, o número de participantes abaixo dos 118 iniciais não significa fracasso. “É sempre assim: numa primeira chamada surgem vários interessados, mas no meio do caminho eles seguem rumos diferentes. Alguns preferem, inclusive, vender a energia no mercado livre.”

Segundo Tolmasquim, esse leilão é de extrema importância para o sistema elétrico porque as usinas vão produzir energia durante a safra, entre maio e novembro, período seco das hidrelétricas. Ou seja, essa energia produzida a partir da cana-de-açúcar vai permitir que as usinas preservem os reservatórios. O executivo não descartou a hipótese de um novo leilão no futuro. Potencial não falta.

Segundo a Unica, das 400 usinas no País, cerca de 210 estariam dispostos a investir na produção de energia elétrica feita da cana. Dessas, 104 estão no Estado de São Paulo e 33 em Minas Gerais - principal centro consumidor do País.

Considerado um marco para o setor de energia, o primeiro leilão de energia de biomassa para reserva, previsto para acontecer depois de amanhã, terá proporções muito menores do que as esperadas.

O volume de energia firme (que recebe o nome de garantia física no jargão da área) colocado para negociação é de cerca de 1.100 MW (megawatts), produzidos por 44 usinas em todo o Brasil. O governo, no entanto, tinha habilitado na semana anterior 96 usinas que garantiam 2.100 MW de energia produzida por bagaço e palha de cana-de-açúcar, capim-elefante e rejeitos avícolas. Porém, apenas 44 fizeram o depósito para participar do pregão.

Em fevereiro, 118 usinas ofereceram 7.800 MW durante a inscrição de interessados em fazer parte do leilão.

Esse volume de energia é superior ao que será gerado pelas usinas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira.

"A Cosan poderia ter colocado três vezes mais energia para ser leiloadada", diz Pedro Mizutani, vice-presidente do grupo Cosan. "Mas o preço inicial não é atraente a todas as usinas. Como os investimentos são altos e há multas a serem pagas em caso de não-cumprimento da entrega, muita gente preferiu não se arriscar." Segundo a Unica, que representa o setor em São Paulo, os usineiros esperavam incentivos maiores, nos moldes do Pro-Álcool. "Como energia não é o negócio principal das usinas, qualquer obstáculo afasta o investidor", diz Onório Kitayama, responsável pela área de bioeletricidade na Unica. "Os custos dos projetos praticamente dobraram pela alta do aço e deixaram de ser compensadores, a não ser para "greenfields" [projetos iniciais]."

Matriz energética - A energia de reserva por biomassa, entretanto, é considerada estratégica para a diversificação da matriz energética do país. Entre outros motivos, porque o período da safra de cana ocorre exatamente na época da seca dos reservatórios das usinas hidrelétricas na região Sudeste. Além disso, biomassa é mais barata e menos poluente do que a energia gerada por outras termelétricas.

Segundo a EPE (Empresa de Pesquisa Energética), a expectativa é que, no longo prazo, as usinas de biomassa produzam de 7.000 a 9.000 MW, o equivalente a 1,5 Madeira.

"Todo leilão é assim mesmo: mais empresas se inscrevem e um número menor deposita as garantias", afirma Maurício Tomalsquim, presidente da EPE. "Temos um bom número de participantes para um primeiro leilão."

De acordo com Tomalsquim, o governo foi até o limite das negociações com os usineiros e não quer que a população pague pelos investimentos na melhoria das usinas privadas. "Estamos levando redes de transmissão e estações coletoras até as usinas, criamos uma via rápida para licenças ambientais e possibilitamos o fornecimento escalonado", diz Tomalsquim. "Porém, se tivermos de pagar muito caro, as vantagens desse tipo de energia não compensarão."

O governo espera aumento gradativo na oferta, já que, segundo a EPE, o fornecimento é compensador também para as usinas. "Como o contrato é de 15 anos, a venda de energia acaba sendo um hedge [proteção] contra oscilações no preço internacional dos combustíveis", afirma Tomalsquim.

A Cosan, por exemplo, estima que a venda de energia poderá representar de 15% a 20% de seu faturamento total e vir a fazer parte de seu negócio principal. Maior produtora de álcool do país, a empresa foi a que colocou maior volume de energia em oferta no leilão, num total de 360 MW firmes.

Apesar de reconhecer os esforços do governo para retirar os entraves à realização do leilão, os usineiros ressaltam ainda que a produção de energia concorre com a produção de álcool de segunda geração, que usará o bagaço da cana e com a importação do bagaço por usinas européias, que têm programas de incentivo à biomassa.

Biomassa reforça sistema elétrico em 2009 – Agnaldo Brito – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/08/2008

Usineiros negociam 548 MW médios em energia gerada a partir da cana-de-açúcar, o maior volume já comercializado - Leilão de estréia apura valor médio por megawatt/hora de R\$ 58,84, deságio de 3,54% em relação ao preço inicial, fixado em R\$ 61

As usinas de açúcar e álcool da região centro-sul fecharam ontem a venda de 548 MW médios de energia a serem oferecidos no mercado brasileiro em 2009 e 2010. Esse é o maior volume de energia de bagaço de cana já negociado no país. Cada usina vendeu energia por 15 anos.

O primeiro leilão de reservas para as térmicas que usam biomassa como combustível (principalmente bagaço de cana) teve a participação de 44 usinas, mas apenas 31 unidades ofertaram a produção de energia. Segundo a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), o valor médio por megawatt/hora foi de R\$ 58,84, um deságio de 3,54% em relação ao preço inicial de R\$ 61.

Esse é o valor da energia que será pago pelo consumidor na conta de luz, como encargo. O usineiro receberá, além desse valor, um adicional que será obtido a partir da venda da energia no mercado à vista. A novidade desse modelo é que será a câmara a vendedora da energia produzida, e não o usineiro, que recebe por ofertar a energia ao sistema elétrico. Dessa forma, a estimativa da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e da CCEE é a de que o valor final recebido pelos usineiros pode variar de R\$ 148,69 (considerado o preço mais baixo negociado no leilão) a R\$ 156,76 (valor mais alto que um usineiro receberá no primeiro leilão).

Para o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann -que acompanhou o resultado do leilão na sede da CCEE, em São Paulo-, a modalidade desenhada para atrair as usinas de açúcar e álcool para o setor elétrico cumpre o objetivo de obter a modicidade tarifária e beneficia o consumidor."O preço médio do ponto de vista do consumidor no leilão de reserva foi de R\$ 58,84. Só para ter uma comparação, a energia vendida pelo consórcio da usina de Jirau foi de R\$ 71,40", disse Zimmermann.

O governo também considerou positivo o fato de o leilão ter agregado ao sistema elétrico da região centro-sul uma capacidade instalada de 2.379 MW, embora a energia assegurada (o que foi vendido e será injetado no sistema) tenha ficado apenas em 548 MW médios.

A estimativa do governo é que metade da energia firme que poderia ser vendida no leilão ficou de fora. Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, disse que a relação não foi baixa. Já que

agora a outra metade poderá ser negociada pelos usineiros no mercado livre, as empresas que podem fazer contratos diretos com os geradores, afirma Tolmasquim.

Embora o consumidor tenha que pagar um encargo na conta de luz, o resultado final pode ser positivo, isso porque o uso da bioeletricidade das usinas de açúcar e álcool deverá substituir a geração das térmicas a óleo combustível ou gás natural, ambas mais caras.

Neste ano a estratégia do governo de preservar os níveis dos reservatórios do Sudeste fez ampliar a geração térmica com gás e óleo. A perspectiva é que esse custo deva entrar na conta de luz em 2009. Além disso, a geração nas usinas de açúcar ocorre entre maio e novembro, exatamente no período de estiagem, quando o nível dos reservatórios baixam.

Para Mateus Andrade, diretor da comercializadora de energia Delta, o resultado do leilão ampliará a segurança do sistema elétrico nacional, além de deflagrar um novo movimento de investimentos no setor sucroalcooleiro.

Sobre o preço, Andrade avalia que o deságio foi modesto, o que demonstrou que o preço definido pelo governo não foi alto. "O preço do leilão viabiliza alguns projetos, mas a elevação desse valor pode atrair ainda mais usinas para a venda de energia nos leilões futuros", afirmou. O governo não tem previsão de novos leilões de reserva para biomassa.

Leilões - A Brenco, comandada pelo ex-presidente da Petrobras Henri Philippe Reichstul, foi o grupo que mais vendeu energia no primeiro leilão. Dos 548 MW médios negociados, 108 MW médios foram ofertados pela companhia.

A empresa também foi a responsável pela oferta de energia com maior deságio: R\$ 52,69 por MWh, 13,62% abaixo do preço inicial. A Brenco vendeu energia de quatro usinas.

Brasil é protagonista da geração de energia limpa e renovável – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/08/2008

Brasília (1º.8.2008) - Os biocombustíveis passaram a receber atenção crescente a partir das preocupações com as mudanças climáticas e com a alta dos preços do petróleo. O mercado internacional ainda é incipiente e são comercializadas pequenas parcelas da produção mundial. O Brasil já é considerado como um dos principais atores no cenário mundial por possuir uma matriz energética bastante limpa e renovável, em grande parte por conta da cana-de-açúcar.

A gestão do setor de açúcar e álcool passou para o Departamento de Cana-de-açúcar e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 1999. Antes disso, o responsável pela gestão do setor foi o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), extinto no início da década de 90. Com a desregulamentação da economia e eliminação do IAA, o estado adotou o papel de regulador, perdendo o caráter interventivo e, então, se observou grande progresso do ramo sucroalcooleiro. Hoje, o governo e entidades privadas coordenam e promovem o desenvolvimento do setor.

O Mapa, em articulação com outros órgãos de governo, tem colaborado para disseminar a experiência brasileira na produção e uso de álcool como combustível. No âmbito interno, promove debates com o setor por meio da Câmara Setorial e na participação ativa de discussões na Casa Civil e foros específicos. Vale ressaltar que desde 2006 a política do setor sucroalcooleiro está pautada pelo Plano Nacional de Agroenergia.

O Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (ZaeCana), um estudo coordenado pelo Mapa, será um instrumento importante na implementação das políticas públicas para o

desenvolvimento sustentável do setor sucroalcooleiro. Com o Zoneamento será possível recomendar as áreas indicadas para a expansão da plantação de cana.

Economia - A beterraba e a cana-de-açúcar são as matérias-primas mais usadas para fabricação do açúcar. A cana se mostrou mais eficiente para a produção deste alimento e o Brasil, por seus aspectos físicos, apresenta as melhores condições para produzir açúcar de cana.

O açúcar é uma das *commodities* mais tradicionais do mundo. Por conta disso, o Brasil, maior produtor mundial, ocupa entre 40 e 45% do mercado internacional nos últimos quatro anos.

A colheita total da safra em 2008 também é a maior da história, estimada em torno de 620 milhões de toneladas, em 7,8 milhões de hectares, o que representa 2,8% da área cultivada do País. Estimulada pela forte expansão do álcool no mercado e pelas perspectivas de crescimento nas exportações, a indústria brasileira vai moer em torno de 569 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 2008, sendo 316 milhões para a fabricação do combustível e 253 milhões de toneladas para o açúcar. Além da quantidade da matéria-prima transformada pela indústria, serão destinadas para outros fins, como sementes e mudas, cachaça, rapadura e alimentação animal, 50 milhões de toneladas de cana.

A região centro-sul é responsável por cerca de 90% da produção total de cana. Pela projeção da Conab, o Brasil vai fabricar neste ano em torno de 27 bilhões de litros de álcool. Desses, 4,2 bilhões de litros deverão ser exportados, a maioria (2,5 bilhões de litros) para os Estados Unidos. No Brasil, já são mais de 5 milhões de veículos *flex-fuel* em circulação.

Cultivares – A exploração canavieira teve início com a espécie *Saccharum officinarum*, mas o aparecimento de doenças e pragas fez com que se desenvolvessem variedades de plantas mais resistentes. Os trabalhos de melhoramento prosseguem até os dias atuais e conferem uma mistura das cinco espécies originais, além de cultivares ou variedades híbridas. (*Inez De Podestà*)

[Confira detalhes sobre a história da cana-de-açúcar e do Proálcool.](#)

Cana-de-açúcar não poderá ser plantada na Amazônia – Gisele Teixeira – Sitio Eletrônico do MMA – 04/08/2008

Nenhum novo projeto de plantio ou instalação de usina de cana-de-açúcar no Bioma Amazônia será autorizado pelo governo daqui para frente. Este é um dos principais resultados da reunião entre os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, realizada nesta segunda-feira (4), no Ministério do Meio Ambiente.

Eles discutiram o zoneamento agroecológico da expansão da cana-de-açúcar para produção de etanol. O Bioma Pantanal foi excluído parcialmente. A decisão final depende agora do Palácio do Planalto.

De acordo com Minc, o levantamento que está sendo executado pela Embrapa, em parceria com instituições do Consórcio ZEE-Brasil como o IBGE e o Inpe, retira as áreas sem aptidão de solo, clima e declividade de 12%, e ainda as com vegetação nativa. No caso do Bioma Amazônia, exclui a possibilidade de qualquer novo projeto, mas mantém as usinas já licenciadas, em número de três.

No caso do Pantanal, o zoneamento exclui totalmente a planície pantaneira, porém mantém o cultivo no planalto, onde já existem áreas consolidadas de produção há mais de dez anos. Nesse caso, a determinação é que migrem para o sistema de plantio direto, menos agressivo ao solo. "Ao preservar a Amazônia e o Pantanal, neste último caso não quebrando a produção já existente, me

parece que o acordo é bom para todo mundo", disse Minc. "É o mesmo para a Amazônia, matando as quatro usinas já existentes e não permitindo nenhuma outra."

De acordo com o zoneamento, há áreas mais que suficientes para expansão da produção em outros biomas sem que seja necessário derrubar nenhuma árvore. É estimada em 30 milhões de hectares a área que poderá ser destinada para o plantio da cana exclusivamente para produção de etanol.

Para dobrar a produção atual de etanol, que hoje é de 20 bilhões de litros/ano, são necessários 7 milhões de hectares, o que garante uma margem confortável para o aumento da produção.

Etanol celulósico no foco da aliança EUA-Brasil – Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios - 07/08/2008

Os Estados Unidos devem reforçar as pesquisas em biocombustíveis em parceria com o Brasil. Até o fim deste mês, os dois países definem quais serão os principais pontos que serão estudados em etanol de segunda geração.

Os EUA, maiores produtores de etanol à base de milho, devem colocar entre 2012 e 2013 quatro plantas em operação para produzir etanol celulósico em escala industrial, disse Helena Chum, responsável pela área de biocombustíveis do Laboratório Nacional de Energia Renovável, instalado no Colorado, vinculado ao Departamento de Energia dos EUA. O orçamento do EUA para essas pesquisas soma US\$ 1 bilhão. No Brasil, os recursos não atingem R\$ 50 milhões por ano. "Serão quatro plantas que usarão madeira, resíduos de lixo, palha de milho e capim-elefante", disse. Ontem, a gigante inglesa do petróleo BP e a americana Verenium assinaram acordo para desenvolver pesquisas nesse sentido, informou a Bloomberg.

"O Brasil tem matéria-prima barata, ao contrário dos EUA", afirmou Helena Chum. Segundo ela, os custos de produção com etanol a partir de milho giram em torno de US\$ 1,20 por galão (3,78 litros), dependendo da cotação do milho. Para o etanol de segunda geração, os custos superam US\$ 2,60 por galão. "Esses custos têm de cair mais, abaixo de US\$ 1,30 para se tornarem viáveis comercialmente."

Chum, que estava no Brasil de férias, acompanhou ontem a comitiva de Jeffrey Kupfer, secretário-adjunto do Departamento de Energia dos EUA. Kupfer, que também esteve em Brasília nessa semana, não deu muitas esperanças sobre a possibilidade do governo americano reduzir ou eliminar as tarifas para importação do etanol brasileiro. A cobrança da tarifa foi prorrogada pelo Congresso americano até 2010. Kupfer ressaltou que Brasil e EUA são importantes parceiros e podem desenvolver pesquisas juntos. Um eventual processo do Brasil contra os subsídios americanos ao etanol na Organização Mundial do Comércio (OMC) não afetaria a parceria entre os dois países, afirmou. (MS)

"Somos exportadores de água", diz Marina - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Especial - 08/08/2008

A senadora Marina Silva posiciona bruscamente as duas mãos em paralelo, como se quisesse enquadrar um pedaço do ar à sua frente, no gesto clássico dos professores que querem atrair a atenção sobre o que vão dizer: "Quando o Brasil vende cada quilo de grão, precisa pôr na cabeça que está indo aí uma quantidade enorme de água", começa. "Compram da gente porque

temos um insumo chamado água que não é computado no custo do produto, e se esse grão ou esse frango fossem produzidos em Israel ou na Europa, teriam um custo enorme", prossegue. Sobe o tom: "Somos exportadores de água. E vamos destruir nossas florestas, nossas matas ciliares? É irracional".

Ela não é mais ministra do Meio Ambiente há quase três meses, mas seu discurso ainda traz verbos no presente. A senadora é muito mais sorridente que a ministra e isso era visível semana passada, durante seu segundo retorno ao "fio-terra" - a terra natal, o Acre -, depois de ter deixado a pasta. O primeiro havia sido em junho, na convenção do PT, para apoiar Raimundo Angelim, candidato à reeleição na prefeitura de Rio Branco.

Dessa vez, o partido se deslocava ao seu gabinete, uma casa no Jardim Nazle, em Rio Branco. O exercício de escutar as "bases" tinha algo de ritual, de beija-mão. Foi o dia todo de conversas com antigos companheiros da cúpula do PT acreano (do senador Tião Viana ao presidente regional do partido, do prefeito a assessores do governador Binho Marques), num sinal evidente de que os laços continuam estreitos com os antigos companheiros. Mas a senadora que queria ser freira, virou professora e acabou ministra, desconversa quando o assunto é 2010: "A política para mim não é encarada como profissão ou meio de vida", diz, lembrando que quem "colocou 700 pessoas na cadeia" não estava pensando em popularidade.

O olhar político da ex-ministra passa invariavelmente pela floresta. É lá que ela viveu, foi lá que ela combateu ao lado de "Chico", o líder seringueiro Chico Mendes, assassinado há 20 anos. Ela pensa na região com pragmatismo: "O plano de combate ao desmatamento não pode se esfacelar, senão não há super-herói que segure", recomenda ao sucessor Carlos Minc. O berço amazônico inspira metáforas: "Eu dizia à minha equipe: Não vamos fazer a política do queixada, que marca um rumo e não sai dele. Tem que ser flexível", lembra, citando o porco-do-mato que anda em bando pela Amazônia. "Queixadas não têm estratégia de recuo. Se tiver fogo no seu caminho, atravessam mesmo assim."

Sua agenda no Senado tem mais de 200 convites para palestras. Toda semana há pelo menos três pedidos de entrevista (principalmente da imprensa internacional). Já são 12 convites para eventos no exterior - um Congresso sobre Mudanças Climáticas, em Davos, uma palestra no departamento de Estudos Latino-americanos de Harvard ou a gravação de uma fala para comemorar o aniversário de 500 anos da Real Academia de Geografia de Londres, num projeto que quer registrar o discurso das pessoas mais relevantes do planeta.

Ela pretende fazer de sua ação no Senado a extensão parlamentar do que pensava no Executivo. Não defende desmatamento zero, quer os ilegais fora do páreo e diz que a economia da floresta tem que ser diversificada, com manejo florestal, castanha e borracha e até pecuária, mas mais eficiente e menos predatória. Diz que o Brasil tem que fazer uma aposta séria no desenvolvimento sustentável, vender produtos com valores ambientais e equidade social. "Os países exportaram produtos com marcas, nós vamos exportar produtos com valores. As pessoas têm que preferir o nosso álcool, porque ele respeita a segurança alimentar, a questão trabalhista, o ambiente. Vão querer o nosso grão, porque ele respeita a floresta."

Marina acha que o agronegócio poderia viver o melhor dos mundos se o setor "depusesse as motosserras", continua pouco flexível à energia nuclear e diz que quem quiser inviabilizar os biocombustíveis brasileiros "se meta a dizer que vão produzir álcool na Amazônia e aí ninguém vai comprar". A seguir, trechos da entrevista em que ela começa falando de antas e termina lembrando dos bagres.

Valor: *Impressionante a visitação ao Parque Chico Mendes com 6 mil pessoas nos fins de semana...*

Marina Silva: O parque foi feito aqui em Rio Branco, na época do Jorge [Viana, o ex-governador], para mostrar um fragmento de floresta nativa. Virou um espaço de resgate da autoestima das populações tradicionais num Estado onde se pensava que ser desenvolvido era transformar tudo em capim e virar fazendeiro. Conheço de ter vivido na própria pele: ser seringueiro era ser feio, burro, brega. Mas agora é só escutar as famílias que vêm ao parque, com os pais e os avós contando aos jovens o que é cotia, paca, tatu. Explicam que a anta, o maior mamífero

da Amazônia, não ataca ninguém e é muito arisca. Só de sentir o cheiro de alguém, sai em disparada. A onça fica na árvore, esperando a anta passar, e aí pula em cima mordendo o topete que ela tem. No mato tem uma planta com raízes aéreas enormes, e a primeira coisa que a anta faz quando a onça pula nela é passar no meio daquelas raízes. Arrancam o topete, mas a onça vai embora. Acontecia muito de a gente ver antas sem topete.

Valor: *Como foi sua volta ao Senado? Como vê 2010?*

Marina: (ri). Dizem que liderança tem que ser planejada. Mas a única coisa que eu programei acabou não dando certo, eu queria ser freira. Nunca imaginei que seria política. Sou professora, tenho feito um esforço enorme para continuar me atualizando, porque sei que um dia vou voltar a dar aula e não quero chegar mais burra do que saí. Concluí em 2007 um curso de teoria psicanalítica na UNB [Universidade de Brasília] e estou terminando o de psicopedagogia. Fui alfabetizada aos 16, sonho em trabalhar com jovens e adultos. Acho que política tem que ser cada vez mais um lugar de lideranças multicêntricas em que tem que ter revezamento.

Valor: *Qual o impacto das estradas que vão cortar o Acre? A ligação para o Pacífico, por exemplo?*

Marina: Temos de falar da questão de infra-estrutura da Amazônia de um modo geral. Uma coisa é a estrada feita sem governança ambiental, outra é com. É importante ter projetos de infra-estrutura na Amazônia? Claro. Tem 24 milhões de pessoas vivendo aqui, isso é 61% do nosso território e as pessoas querem estar integradas ao país. Mas qualquer projeto de infra-estrutura na Amazônia tem que ser balizado pelo ordenamento territorial e fundiário, inclusão social, infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável e pesquisa com inovação tecnológica. Fizemos um ensaio no ato do licenciamento da BR-163, que liga Mato Grosso ao Pará. Se a estrada fosse feita da forma como estava quando chegamos, sem nenhum cuidado, seria um desastre. Só o anúncio dela aumentou o desmatamento em 500%. Encarei uma reunião com prefeitos lá no Mato Grosso, achei que iam me linchar. A BR-163 é um começo. Para servir de paradigma, se for implementada.

Valor: *Como vê a pecuária entrando nas reservas extrativistas?*

Marina: Com muita preocupação. Quem é extrativista tem que saber que não pode virar pecuarista. Quando entrei no ministério, eram 5 milhões de hectares de unidades de conservação de reservas extrativistas e 10 milhões quando saí. O orçamento para as populações tradicionais era R\$ 800 mil e chegou a R\$ 72 milhões quando saí. Criamos o Instituto Chico Mendes para que as comunidades possam ter qualidade de vida lá dentro. Batalhei para que as reservas, que hoje vivem a introdução da pecuária, tenham opções. É possível ter qualidade de vida fazendo consórcio do uso da castanha, da borracha, do manejo comunitário, tendo horta de subsistência, uma vaca para dar leite ao filho. Mas não pode virar pecuarista.

Valor: *É possível, mesmo, manejar madeira na Amazônia?*

Marina: Claro. O fundamental é combater o ilegal, que não gera emprego, não paga direito trabalhista, para que o empreendedor com tecnologia possa se instalar. Mas não dá para todo mundo virar manejador. Na Amazônia não tem espaço para processos homogêneos. Tem que ter uma economia diversificada, com madeira, produção de grãos, pecuária. Para que ela continue sendo Amazônia, diversa como é. Temos aqui diversidade biológica, social, cultural. Por que é que vamos ter uma mesmice econômica?

Valor: *Há espaço para pecuária?*

Os países exportaram produtos com marcas, nós vamos exportar produtos com valores''

Marina: Claro. A Embrapa tem tecnologia que possibilita sair de ter uma cabeça por hectare e chegar a 2,5. Triplica o rebanho, que já é enorme, sem derrubar nada. Para isso precisa ir fechando as porteiras da ilegalidade, fazer o manejo de pastagem e intensificar a produção. As pessoas usam uma área enorme por oito anos, aí ela vai dando praga, pegam outra área enorme de floresta e usam por outros oito anos. Tocam fogo, fica aquela camadinha de nutrientes que dá uma sobrevida. É a coisa mais estúpida que se pode imaginar. Usam a tecnologia dos índios, que é para uma roça deste tamanho, para serem os maiores produtores de grãos e de carne do mundo? É irracional.

Valor: *Como vê o projeto que os ambientalistas chamam de "Meia Amazônia", do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)?*

Marina: Isso aí é uma batalha. É um projeto complicado que quer diminuir a reserva legal na Amazônia. Acho que não tem espaço nenhum para essa discussão nesse contexto de crescimento de desmatamento. Tem que ter uma visão estratégica para a Amazônia, fazer zoneamento ecológico-econômico e ver em quais áreas se pode chegar a 50% e quais têm que ficar 100% preservadas.

Valor: *O ministro da Agricultura Reinhold Stephanes falou em permitir cana em savanas de Roraima, citando usinas já existentes no Pará e no Acre. O que pensa disso?*

Marina: Sou contra a produção de álcool na Amazônia. A região tem uns cinco projetos estabelecidos na década de 70/80 que eu defendo que sejam projetos senis.

Valor: *Projetos senis?*

Marina: Que não tenham expansão em hipótese alguma. Será o pior dos mundos criar uma expectativa de produção de álcool na Amazônia. Quem quiser inviabilizar o biocombustível no Brasil se meta a dizer que vai produzir álcool ali. É tudo o que as pessoas vão querer pra dizer que não vão comprar, porque está destruindo a floresta. E não significa que, "ah, então não pode na Amazônia e pode no cerrado?" Não é assim. E savanas são campos naturais, e não deixam de ser também na Amazônia.

Valor: *E os biocombustíveis?*

Marina: Acho que o biocombustível tem que ter sustentabilidade social e ambiental para que a gente possa certificar esta produção. O Brasil tem uma grande oportunidade de, nos próximos 10 ou 15 anos, fornecer geração de energia com a produção de álcool e outras fontes que a gente possa ter. Estamos 30 anos na frente. O Brasil pode dar o termo de referência de como vai se produzir biocombustível no mundo. Mas tem que saber que é xis por cento que vamos produzir, com qualidade, e não mais. E saber, também, que novas tecnologias vão surgir. Imagine se vão deixar que os pobres fiquem plantando energia com enxada e facão.

Valor: *Xapuri guarda hoje o legado de Chico Mendes?*

Marina: Xapuri guarda as contradições, ainda e sem sombra de dúvida, da época em que o Chico era vivo, e que não conseguiu se eleger sequer vereador da cidade, exatamente porque confrontava interesses. Os processos continuam em disputa, do mesmo jeito. Mas precisa ver que a forma da economia tradicional predatória tem 300 anos de experimento no Brasil e as experiências inovadoras têm muito pouco tempo. Quantos altos e baixos teve e tem a pecuária e a agricultura no Brasil, que precisa de perdão de dívida, de um monte de coisas? Quantos altos e baixos teve a indústria brasileira para se tornar o que é hoje? Esta nova economia, que nós chamamos de economia da floresta, nem conta com ferramentas e estrutura e as pessoas cobram resultado como se tivesse 300 anos. Bem, e acho que o legado do Chico ficou tão grande que não cabe em Xapuri. Hoje ele pode estar até melhor cuidado em alguma experiência positiva em Belém, em Manaus, em alguma reserva extrativista marinha, em alguma empresa de papel e celulose que está criando parques para manter floresta nativa.

Valor: *Como o agronegócio pode se modernizar?*

Marina: Continuo achando que o setor deveria fazer uma automotória, um movimento de depor as motosserras. O agronegócio não vai se acabar se der uma parada para fazer uma arrumação. Porque este é o melhor dos mundos.

Valor: *O que quer dizer?*

Marina: Tem que ter pensamento estratégico. É possível fazer diferente, não tenho dúvida. O Brasil é um grande produtor de grãos porque tem terras em abundância, energia, solo e muita água. As pessoas compram da gente porque temos um insumo chamado água que não é computado no custo do produto, porque se esse grão e esse frango fossem produzidos em Israel ou na Europa, teriam um custo enorme. Mas como temos em abundância, somos exportadores de água. Para produzir 1 quilo de frango leva 2 mil litros de água, para produzir 1 quilo de grão vai mil litros de água. Quando se vende cada quilo de grão, põe na cabeça que está indo aí uma quantidade enorme de água. E vamos destruir as florestas e matas ciliares e acabar com a nossa água? O Brasil tem que

fazer uma aposta no desenvolvimento sustentável. Fizemos uma aposta na industrialização, estava correto, somos o país melhor posicionado na América Latina por causa disso. Agora vamos fazer jus à potência ambiental que somos. Este século vai ser o século da resposta de como continuar crescendo e desenvolvendo e protegendo os ativos ambientais. Os países exportaram produtos com marcas, nós vamos exportar produtos com valores. As pessoas têm que preferir o nosso álcool porque ele respeita a segurança alimentar, a questão trabalhista, o ambiente. As pessoas vão querer o nosso grão porque ele respeita a floresta. Nosso produto tem que ser top de linha porque o mercado consciente se amplia cada vez mais. Acho que é possível viabilizar novos paradigmas de desenvolvimento. A dificuldade é que as pessoas entendem o "se" como um "não".

Valor: *Como assim?*

Marina: Querem fazer as coisas sem nenhum tipo de condicionante. Isso vai nos levar para um buraco sem saída. Tem uma pesquisa aqui do Inpe que diz que a Amazônia produz 26% de toda a água que é lançada nos oceanos do planeta. E que se a floresta for destruída, vamos ter problemas de seca nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Alguém consegue imaginar o que é ter o semi-árido em um Estado populoso como São Paulo?

Valor: *Mas o desenvolvimento é mais rápido que o sustentável...*

Marina : Temos que mudar nossa visão de desenvolvimento. Se há danos e custos que não são mensurados, então não é desenvolvimento. Hoje sabemos que é um equívoco continuar poluindo um rio como o Tietê e se chamava aquilo de desenvolvimento. Desenvolvimento pressupõe cuidar dos ativos ambientais, pressupõe equidade social. Isso não acontece da noite para o dia. Não se pode fazer as coisas pensando nas próximas eleições, é nas próximas gerações. Tem que viabilizar-se a dimensão da sustentabilidade política. As pessoas achavam "então, não vai fazer as usinas do Madeira por causa de bagre?" E olha o que aconteceu: a gente tem os bagres e tem o Madeira, não é? Só uma cabeça de bagre acha que o pirarucu, maior do que nós, não é um peixe importante. O Brasil precisa de uma visão de elite, no bom sentido, que seja capaz de ter o melhor da ciência e do saber das comunidades.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Biodiesel

Colômbia quer usar biodiesel de palma como alternativa à coca - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Internacional - 05/08/2008

Com a experiência de quem já é um dos maiores produtores mundiais de óleo de palma, a Colômbia está começando a ingressar no circuito de produção de biodiesel. A matéria-prima principal é a mesma dos óleos comestíveis: a palma, também chamada de dendê. O país tem 357 mil hectares já cultivados e planeja chegar a 500 mil hectares até 2010. Para 2020, a meta é que 2 milhões de hectares de terras estejam destinadas à palma - com parte disso sendo usado para a fabricação de óleo e outra parte como fonte de energia.

Como acontece no Brasil em relação ao etanol, produtores e governo colombianos defendem seu combustível alternativo como uma matriz sustentável mais limpa e mais barata de energia em relação aos combustíveis fósseis. Mas na Colômbia há outro e muito peculiar argumento: o de que a cadeia de produção do biodiesel no país, uma vez fortalecida, servirá como fonte de emprego e renda aos camponeses que hoje cultivam a folha de coca - base para produção da cocaína - e àqueles forçados a migrar fugindo de grupos armados ou do narcotráfico e que tentam se estabelecer em outras áreas do país.

"A motivação do governo ao estimular a produção de biocombustíveis não é apenas energética nem apenas ambiental. Isso tudo é importante, mas o que é decisivamente importante para nós é que os biocombustíveis nos ajudem a criar uma solução para o pós-conflito", disse ao Valor, em seu escritório em Bogotá, Arturo Infante Villarreal, coordenador nacional para o desenvolvimento de biocombustíveis do Departamento Nacional de Planejamento.

Segundo ele, hoje existem algo em torno de 20 mil colombianos trabalhando com a cultura da coca no país - aproximadamente um trabalhador por hectare. No caso da palma, cada dez hectares geram um emprego direto e dois indiretos, diz. "Se chegarmos aos 2 milhões de hectares, um total de 600 mil empregos serão criados."

Em algumas regiões do país, acrescenta o diretor de desenvolvimento tecnológico e proteção sanitária do Ministério da Agricultura colombiano, José Leonias Tobón, as plantações de palma já são alternativa aos cultivos ilícitos de coca. É o que já ocorre, diz ele, nos Departamentos de Meta, Caquetá e Nariño.

Especialista em biodiesel no ministério, Tobón, que já atuou em áreas de plantios ilícitos elaborando projetos alternativos para os agricultores, faz as contas: diz que, para o produtor, dois hectares de palma rendem anualmente algo em torno de 7 milhões de pesos colombianos (uns US\$ 4 mil). E que um produtor de coca fatura 2 milhões de pesos a cada dois meses - mas, considerando os descontos aplicados pelos traficantes com os custos de insumos, transporte e outros, o camponês chega a receber algo em torno de 500 mil pesos por bimestre.

Muitos trabalhadores rurais colombianos vinculados ao plantio de coca atuam como temporários nas plantações de palma. Depois da safra, voltam para os plantios ilícitos. O desafio do governo é tentar fazer com que a indústria do biodiesel ofereça oportunidades para que os camponeses tenham trabalho o ano todo no campo.

O plano de expansão da palma também interessa às Forças Armadas. Isso porque, num país tão militarizado (com um contingente aproximado de 400 mil homens), o novo segmento de energia poderá significar alternativas econômicas para milhares de soldados que deixam o serviço militar todo ano e que muitas vezes acabam sem uma perspectiva de emprego clara. Somente no Exército, são 100 mil soldados que dão baixa todos os anos. A taxa de desemprego na Colômbia era em maio de 10,7%. No quarto trimestre de 2007, o país era o líder em desemprego numa comparação com mais sete países latino-americanos.

Mas a Colômbia ainda tem pouca experiência com o biodiesel. Os primeiros litros começaram a ser produzidos em dezembro. O país tem duas usinas privadas em atividade e uma terceira, pequena, estatal. A produção total é de 300 mil litros diários. Mas, segundo Tobón, até o ano que vem um total de nove usinas estarão em funcionamento, elevando a produção diária para 2,4 milhões de litros.

A produção tem mercado certo. O governo estabeleceu, ainda no ano passado, que 5% do combustível comercializado na costa atlântica deve ter uma mistura de 5% de biocombustível. Este ano, a regra já vale para todo o país. Em 2010, a mistura será de 10% e, em 2012, de 20%. A Colômbia também tem investido na produção de etanol, cuja mistura também segue, desde 2005, uma progressão escalonada até os 20% em 2012.

Embora seja produtora de petróleo, a Colômbia passou a se preocupar com seu abastecimento no início da década, quando estimativas apontaram que o equilíbrio entre oferta e demanda por petróleo no mercado interno duraria até no máximo 2009. A partir de então, a oferta passaria a ser insuficiente. Essa margem foi revista e agora a expectativa é de que a data limite seja 2014. Em parte porque durante anos as atividades de prospecção foram interrompidas por causa da falta de segurança no interior do país, a Colômbia está há anos sem descobrir um campo de petróleo significativo. A aposta nos biocombustíveis pareceu então uma alternativa a uma possível demanda que não atendida pelo petróleo do país.

O governo colombiano passou a subsidiar 20% dos custos de uma nova plantação, além de conferir outros incentivos, como isenção de imposto de renda por certos períodos e a possibilidade de usinas de biocombustível obter, sob algumas condições, o status de zona franca uniempresarial.

A produção de biocombustível colombiana, diz Arturo Infante Villarreal, servirá para abastecer o mercado interno, mas os olhos do país estão voltados também para as exportações. Os EUA, principal parceiro comercial colombiano e com quem Bogotá espera ver ratificado um acordo de livre comércio, seriam um mercado potencial. A palma, assim como a cana, possuem uma densidade energética superior ao etanol de milho, comum nos EUA. Enquanto, segundo dados de Infante, a palma produz 148 milhões de BTU por hectare ao ano e a cana 135 milhões, o etanol de milho produz 63,3 milhões e o biodiesel de soja, 23,14 milhões. "Imagine quantos hectares de terra os EUA precisam para produção de energia com uma planta com essa densidade energética tão baixa", diz Villarreal.

A Colômbia já é o maior produtor de óleo de palma - base para o biodiesel - das Américas e o quinto maior do mundo (atrás de Malásia, Indonésia, Nigéria e Tailândia).

No país, a palma cresce nos mesmos terrenos onde cresce a coca. E isso cria dores de cabeça para as autoridades. "Os narcotraficantes descobriram que se plantassem coca entre linhas de palma conseguiram evitar as fumigações [feitas pelo governo com substâncias químicas para destruir os plantios ilícitos]", diz Villarreal. Como é mais alta, a palma encobre e esconde a coca. "Esse é um assunto para o qual estamos muito atentos."

Outra dor de cabeça é o fato de grupos armados tentarem às vezes se aventurar pelo mercado da palma. O objetivo é lavar dinheiro. Há pouco tempo, houve um caso de plantações de palma em Urabá, região de fronteira com o Panamá onde não apenas guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN) estavam presentes, mas principalmente os paramilitares. Entraram num plantio de 10 mil hectares e expulsaram os trabalhadores para assumir a produção e lavar dinheiro. A ação foi descoberta, e o grupo se tornou alvo das forças armadas colombianas.

Essas incursões - combatidas pelo Exército, segundo o governo - de grupos armados no setor ajudam a dar asas a críticas feitas no exterior em relação à indústria do biocombustível no país andino.

"O lobby da soja nos EUA fez uma campanha contra a palma plantada na Ásia alegando primeiro que podia ser cancerígena e, depois - e com certa razão -, que a expansão das plantações estava destruindo as florestas. Aqui, também nos acusam de estarmos destruindo a mata, como dizem do Brasil, nos criticam pelas fumigações e fazem associações com a droga", critica Villarreal, dizendo que as críticas são injustificadas.

A Colômbia, juntamente com o Brasil e outros países produtores de biocombustíveis, está discutindo a elaboração de um selo de qualidade para garantir ao mercado que o produto foi fabricado de acordo com critérios sociais e ambientais. "Entramos tarde nesse setor, mas estamos unindo forças com o Brasil nos fóruns internacionais contra os ataques voltados ao biocombustível", afirma Villarreal.

Etanol

Para EUA, álcool vira commodity no próximo ano – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/08/2008

A padronização do álcool para que o produto possa ser comercializado como commodity pode estar concluída em 2009, disse ontem Helena Chum, pesquisadora do Laboratório Nacional de Energia Renovável dos EUA. "A se manter o atual ritmo de desenvolvimento, teremos as especificações em um ano."

Chum acompanhou o subsecretário de Energia dos EUA, Jeffrey Kupfer, em visita a São Paulo. "Não vejo razão para que os

Objetivo é questionar taxas de exportação estipuladas pelos EUA e pela EU - Presidente da associação dos usineiros não descarta via litigiosa, mas diz que opção seria a última, por ser cara e demorada

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) deve pedir ao governo brasileiro, em setembro, que o Itamaraty requisite consulta na OMC (Organização Mundial do Comércio) a respeito das tarifas que incidem sobre o álcool exportado pelo país. O presidente da entidade, Marcos Jank, afirmou que, se a questão não for resolvida, outra opção é o litígio, com a abertura de painel contra EUA e União Européia -quando começa o "contencioso", no jargão da OMC.

Jank diz que a Unica traça agora, após o fracasso da Rodada Doha, três caminhos não-excludentes: diálogo entre governos, em caráter permanente; aumento da presença física nos EUA, na UE e na Ásia, articulando-se com grupos favoráveis à redução tarifária; e a via litigiosa. Ele avalia, porém, que essa é a última opção, pois um contencioso "não é um caminho fácil": é caro, leva tempo -dois anos, com otimismo- e, freqüentemente, "ganha-se e não se leva", ou seja, é necessário impor retaliações.

Segundo Jank, apesar de sempre priorizar a negociação e o diálogo, a instituição começou estudos sobre a causa após a aprovação recente da Lei Agrícola nos EUA -que elevou os subsídios domésticos para agricultores americanos. O economista lamentou o fracasso da Rodada Doha e afirmou que "o mundo saiu perdendo". Ele avalia que nenhum acordo bilateral vai resolver subsídios agrícolas e medidas antidumping. "A OMC é insubstituível e precisa ser fortalecida."

Tanto na consulta quanto no litígio, a Unica precisa solicitar ao governo que a represente na OMC. Mas os custos com assessoria jurídica, por exemplo, são bancados pelo setor privado e podem, no total, variar de US\$ 1 milhão a US\$ 10 milhões, dependendo das características do processo. Dois escritórios de advocacia foram contratados, mas a Unica não revela nomes.

Segundo Jank, se os europeus qualificarem o álcool como "produto sensível" -podendo assim cortar pouco as tarifas-, o Brasil só ficaria satisfeito com uma "megacota" de compensação, mas não quis revelar números. A quantidade oferecida pelos europeus, conforme informações extra-oficiais, manteve-se em 1,5 bilhão de litros de álcool -a mesma de 2006. Jank qualifica a proposta como "inaceitável" porque as exportações do Brasil à UE já beiram esse número, impulsionado pelo mercado sueco.

Para o presidente da Unica, a cota deveria ser estabelecida sobre a estimativa de consumo futuro, e não passado. Ele afirma que é possível prevê-lo baseando-se nas novas leis que estabelecem percentuais crescentes de álcool misturado a outros combustíveis. Jank comentou que, como a agenda do álcool não é mais só de agricultura -envolvendo ainda temas como segurança energética e ambiente-, há possibilidade maior de mudança nas atuais posições protecionistas.

Dejeto animal poderia gerar até 2,4% da energia nos EUA - Bettina Barros – Valor Econômico
– Agronegócios - 12/08/2008

Bovinos, suínos e aves poderiam representar até 2,4% da geração de energia elétrica nos EUA se seus dejetos fossem "levados a sério" pelo governo americano. Isso é o que diz um estudo inédito desenvolvido por pesquisadores do Texas, que calcularam o potencial de conversão em eletricidade dos gases liberados pelos dejetos desses animais. No Brasil, as estimativas de potencial energético com a suinocultura também são pequenas.

Do ponto de vista ambiental, os pesquisadores também apontaram ganhos. Se os gases desses animais fossem convertidos em energia, o setor elétrico deixaria de jogar na atmosfera 4% dos gases de efeito estufa a ele atribuídos, responsáveis pelo aquecimento do planeta. "A produção de biogás a partir de dejetos animais tem o benefício menos controverso de reutilização de uma fonte existente de emissões de gases e o potencial de melhorar o meio ambiente", diz o paper, intitulado "Cow Power: The Energy and Emissions Benefits of Converting Manure to Biogas" ("O poder das vacas: os benefícios energéticos e das emissões da conversão de dejetos em biogás").

Publicado pelos pesquisadores Amanda D. Cuellar, do Departamento de Engenharia Química, e Michael Webber, do Centro Internacional para Política Energética e Ambiental, da Universidade do Texas, em Austin, o estudo é o primeiro que quantifica esse novo potencial de energia limpa no país.



Segundo o documento, o rebanho bovino, suíno e de aves produz somente nos Estados Unidos mais de 1 bilhão de toneladas de dejetos anualmente. A maior parte é coletada em tanques ou simplesmente deixada ao ar livre para decomposição, em processos que liberam gás metano e, em menor parte, óxido nítrico, ambos extremamente nocivos ao ambiente.

Hoje, países como o Brasil e o México já capturam através de dutos os gases liberados nas granjas, que então são queimados e convertidos em dióxido de carbono, o CO₂. O fato de o CO₂ ser menos nocivo que o metano ou o óxido nítrico faz com que essas granjas estejam aptas a aderir ao chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. Por esse mecanismo, países em desenvolvimento podem vender créditos aos países desenvolvidos. Por convenção, cada tonelada de CO₂ equivale a um crédito de carbono no mercado internacional.

A geração de energia é geralmente uma segunda etapa e ainda engatinha em muitos países. No Brasil, a Sadia realiza estudos de viabilidade técnica para gerar energia elétrica para seus produtores integrados no fim de 2009.

De acordo com José Domingos Miguez, secretário-executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - a autoridade máxima do assunto no país -, o potencial estimado de geração elétrica no Brasil de dejetos animais seria pequeno. Em um cálculo rápido, ele estima algo entre 300 a 500 MW/ano, dependendo da eficiência e considerando-se um estoque de 35 milhões de suínos no país. "Aqui só os suínos poderiam gerar energia, já que o nosso gado é criado solto e nos Estados Unidos é confinado", ressalta.

Os Estados Unidos não desenvolvem ainda esses projetos porque não ratificaram o Protocolo de Kyoto. Mas o estudo do Texas aponta as vantagens - energéticas e ambientais - da conversão.

A agricultura como um todo emitiu 536 milhões de toneladas de gases-estufa em 2005 nos EUA, cerca de 7% das emissões totais do país neste ano, segundo a Agência de Proteção Ambiental (EPA, em inglês). Desse volume, 50,8 milhões de toneladas de CO₂ foram resultado dos dejetos animais.

Os pesquisadores do Texas compararam o potencial energético do carvão, amplamente usado nos EUA, e dos animais. Os Estados Unidos consomem 3,8 trilhões de kWh por ano. Pelos cálculos dos pesquisadores, o biogás animal poderia chegar a 108,8 bilhões de kWh, praticamente 2,9% do consumo total. A representação de cada espécie, segundo os autores, seria da seguinte forma: gado de corte geraria 10,5 bilhões de kWh; gado de leite, 10,8 bilhões de kWh; suínos, 14,5 bilhões de kWh; aves, 14,7 bilhões de kWh; e outros rebanhos 58,2 milhões de kWh.

As emissões dos EUA de gases-estufa atingiram 7,08 bilhões de toneladas em 2006, segundo dados do Departamento de Energia.

Ler mais no www.iop.org

Senadora americana teme que tarifa sobre etanol viole regras internacionais - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 13/08/2008

A ameaça do Brasil de denunciar os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) por barreiras ao etanol faz o Congresso americano questionar a tarifa ao biocombustível. A senadora Dianne Feinstein, democrata da Califórnia, pediu para o governo Bush investigar até que ponto a tarifa sobre o etanol importado, prevista na nova lei agrícola americana (Farm Bill), viola as regras internacionais.

Em carta à representante comercial americana, Susan Schwab, a senadora nota que a lei agrícola baixou a subvenção para produzir etanol a US\$ 0,45 por galão, mas ao mesmo tempo manteve a tarifa de importação de US\$ 0,54. Ou seja, segundo ela, na prática Washington mantém uma barreira ao comércio de pelo menos US\$ 0,09 por galão de etanol importado.

Dianne Feinstein pediu para o USTR, a agência de representação comercial americana, analisar que tipo de medidas o Brasil poderia tomar, se ganhar eventualmente o caso do etanol na OMC, e o impacto que isso teria sobre a economia americana.

Foi Dianne Feinstein quem apresentou, com o senador republicano Judd Greg, uma proposta para baixar a tarifa de US\$ 0,54 por galão sobre o etanol importado para permitir que as refinarias comprem o produto mais barato para misturar com a gasolina e baixar o preço na bomba para os consumidores americanos.

A senadora cita cifras do Departamento de Agricultura dos EUA, segundo os quais o custo de produção para o etanol de cana-de-açúcar do Brasil é de apenas US\$ 0,81 por galão, enquanto o etanol americano a base de milho custa US\$ 2,0.

Por sua vez, o senador Chuck Grassley, republicano do Iowa, Estado produtor de etanol, continua a defender a tarifa sobre a importação para proteger a produção americana.

Por outro lado, a National Association of Manufacturers (NAM), reunindo indústrias americanas, quer criar uma coalizão de companhias e associações para pressionar por um acordo de produtos ambientais e serviços na OMC.

A indústria americana parte do princípio de que a negociação de Doha vai demorar anos a ser retomada. Assim, alguns países poderiam chegar antes a um acordo. Nesse caso, o que mais interessa ao Brasil é justamente a inclusão do etanol na lista de produtos ambientais, que teriam redução acelerada de tarifas.

Biocombustível sustentável já tem a sua "cartilha" – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 13/08/2008

Após meses de discussões, será divulgada hoje em Lausanne, na Suíça, a primeira minuta com critérios e padrões internacionais que deverão ser seguidos para a produção sustentável de biocombustível - aquele que não derruba florestas, nem contribui com as mudanças do clima e a escassez de alimentos no mundo.

O consenso, visto até pouco tempo como improvável, dado os interesses comerciais e econômicos antagônicos, foi alcançado por mais de 300 empresas, instituições acadêmicas, grupos ambientalistas e agências governamentais que compõem a chamada Mesa Redonda sobre Biocombustíveis Sustentáveis (MRBS). O conselho diretor graúdo dá a dimensão da discussão - entre eles estão e , além das ONGs WWF e Amigos da Terra-Amazônia Brasileira.

A Mesa Redonda definiu 12 critérios que abrangem desde o uso da água e do solo, segurança alimentar e desenvolvimento social, até emissões de gases-estufa. Esses critérios ficarão em consulta pública por 90 dias, período no qual interessados no assunto poderão fazer comentários. A expectativa é que até o início do próximo ano a versão final do documento seja aprovada.

"Esta é a primeira pedra fundamental de um processo para garantir a sustentabilidade nos biocombustíveis", afirma Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, e porta-voz do grupo no país. Ele explica que os critérios não serão compulsórios. "A idéia é que eles ajudem a abrir mercados para produtores. É voluntário. Mas quem quiser ter biocombustível certificado, terá que passar por isso".

Como nos demais processos desse tipo (soja e óleo de palma também têm suas mesas redondas), as discussões iniciais que culminaram com o documento foram conflituosas. O ponto mais esperado pelos compradores resultou no terceiro critério, o das emissões dos gases de efeito estufa que superaquecem o planeta. "De todos os princípios, esse é o que mais se destaca", diz Smeraldi. "Isso", continua, "tem a ver com produtividade. Qual as culturas que necessitam mais fertilizantes derivados do petróleo? De que adianta ter um biocombustível que emite tanto ou mais carbono para ser produzido?". O critério, portanto, é claro: os biocombustíveis devem contribuir para a diminuição desses gases.

Outro ponto polêmico é o uso da terra, no histórico caminho do grão, que empurra o boi, que derruba a mata e acende alertas na Europa. Na última reunião do G-8, em julho, o assunto dominou os encontros. Na ocasião, a Comissão Européia cobrou do Brasil garantia de sustentabilidade do etanol e avisou que o país só avançaria em sua estratégia de transformar o etanol em commodity global se assumisse "comprometimentos concretos" no combate à mudança climática.

Formada há 18 meses, a Mesa Redonda sobre Biocombustíveis Sustentáveis tinha como objetivo único responder a essas inquietações, criando padrões internacionais que norteassem os produtores. "Mas notamos que havia desequilíbrios", diz a francesa Geraldine Kutas, assessora internacional da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). "Não havia nenhum representante de produtores de países em desenvolvimento. Queríamos fazer sugestões a esses critérios. Temos necessidades diferentes".

Segundo ela, uma das ações da Unica, que aderiu ao grupo apenas em maio, foi lembrar que sustentabilidade significa também a viabilidade econômica. Diz o 11º critério: os projetos de biocombustível deverão implementar um plano de negócios que reflita o comprometimento com eficiência econômica.

O texto que será apresentado hoje é aceitável para os diversos "stakeholders", diz ela. Após sua aprovação, a Mesa Redonda decidirá se ampliará a atuação como certificadora de selos de sustentabilidade para biocombustíveis, a exemplo do que existe no setor madeireiro. Outra idéia é a

criação de escritórios regionais para o desenvolvimento de índices específicos para as realidades dos países. Os produtores terão um tempo - ainda não definido - para se adequar aos critérios.

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

O desafio da cana – Folha de São Paulo – Opinião – 26/08/2008

A LABUTA diária em um canavial é dura, se não desumana. A reportagem de Mário Magalhães e Joel Silva publicada domingo nesta Folha deixa isso bem claro. Mesmo em torno das usinas mais modernas do país, no interior paulista, o corte da cana ainda assume feições de trabalho degradante.

Sob vários aspectos, porém, as condições melhoraram, por pressão de sindicatos e Ministério Público. Houve avanços reais na formalização do emprego e no transporte de lavradores, por exemplo, nas últimas décadas.

Mesmo assim, é chocante constatar que o pagamento por tonelada de cana colhida diminuiu, em termos reais. Em 1980, pagavam-se R\$ 6,53/t em média; em 2007, só R\$ 3,29/t.

Apesar disso, a remuneração média diária de um cortador subiu 11,6%. A razão é simples: hoje ele corta quase dez toneladas de cana em um dia; há três décadas, eram menos de quatro.

Trata-se de um dos efeitos perversos da substituição do trabalho braçal por tecnologia, que encontra na cana um caso de manual. Embora a produção tenha mais que dobrado em oito anos, o emprego de mão-de-obra se retrai, por força da mecanização (metade da safra paulista já é colhida por máquinas). Só os mais jovens, dispostos e produtivos encontram trabalho.

A mecanização traz benefício ambiental, pois dispensa a queima realizada para facilitar a colheita manual da cana. O fogo destrói a palha e lança fuligem no ar, piorando a poluição atmosférica e a saúde da população do interior.

O governo estadual paulista firmou um protocolo com o setor sucroalcooleiro, em 2007, que antecipa de 2021 para 2014 o fim das queimadas na maior parte do Estado (áreas mecanizáveis). É o caminho correto.

Com as queimadas desaparecerão também os piores empregos. Resta por equacionar, contudo, o problema social representado pela perda projetada de mais de cem mil vagas só em São Paulo. A saída é requalificar e recolocar essa legião de lavradores.

Governo federal e entidades sucroalcooleiras lançaram um Plano Setorial de Qualificação, mas com a meta tímida demais de beneficiar 2.700 trabalhadores. Basta dizer que esse é o mesmo contingente desempregado a cada ponto percentual de avanço na mecanização da colheita.

Cortador de cana entra em confronto com PM Confronto entre canavieiros e PM fere 6 –
Veridiana Ribeiro - Estado de São Paulo – Dinheiro – 26/08/2008

Três trabalhadores rurais foram presos e seis ficaram feridos com balas de borracha na cidade de Pontal, interior de SP - Trabalhadores reivindicam reajuste de 10% no piso salarial e aumento no valor pago pelo metro de cana cortada, para R\$ 0,20

Três trabalhadores rurais presos, seis feridos com balas de borracha, comércio fechado, moradores aterrorizados.

Esse foi o resultado do confronto ontem de manhã, na principal rua de Pontal (SP), entre cortadores de cana que estão em greve há uma semana e policiais militares que foram chamados para cumprir liminar dada na última sexta-feira a usinas. A decisão garantiu a saída dos ônibus para os canaviais com os trabalhadores que não aderiram à paralisação.

Foi o segundo confronto entre PMs e bóias-frias em três dias -o primeiro ocorreu no sábado em Cruz das Posses, distrito de Sertãozinho, quando os trabalhadores da usina Albertina tentaram fechar a rua para impedir a saída dos ônibus com trabalhadores. Quatro grevistas foram feridos.

O conflito de ontem começou por volta de 9h30 quando, após a saída de 60 ônibus de rurais com escolta de policiais, cerca de 150 cortadores de cana das usinas Bazan, Bela Vista e Carolo, todas em Pontal, apoiados pela Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), decidiram protestar em frente à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal, que não apóia o movimento.

Do outro lado da rua, 16 homens da Tropa de Choque da PM de Sertãozinho e Jaboticabal mandaram os trabalhadores recuarem. Não foram atendidos e passaram a atirar bombas de gás lacrimogêneo, gás pimenta e balas de borracha.

As lojas da rua e o restaurante da rodoviária fecharam as portas. A diretora de uma escola pública que mora em frente à rodoviária, Reginalva de Lourdes Negrão de Carvalho, 46, se agarrou a uma imagem de Santo Expedito -a reportagem acompanhou o conflito da varanda da professora-, rezando para que o confronto, que durou cerca de 20 minutos, acabasse. "Fiquei apavorada. Isso nunca aconteceu aqui", disse.

"A polícia se utiliza primeiro do diálogo, depois dos meios não-letais dos quais dispomos e, se preciso, de outros meios legais para evitar o dano do patrimônio público e privado", disse o tenente Eduardo Martins Ribeiro.

Os trabalhadores reivindicam reajuste de 10% no piso salarial, que chegaria a R\$ 500, e aumento no valor pago pelo metro de cana cortada para R\$ 0,20 -hoje varia entre R\$ 0,08 e R\$ 0,13.

Querem também que as usinas criem comissões, com representantes dos patrões e dos trabalhadores, para a aferição da medição da cana, por meio da qual as usinas calculam o valor do adicional de produtividade pago aos cortadores -na edição do último domingo, no caderno Mais, reportagem da Folha revelou que documentos mostram não ser incomum fraudes ou erros na medição provocarem um pagamento aos trabalhadores abaixo do previsto nos acordos salariais.

Os três trabalhadores presos são indígenas. Sidnei Pereira das Neves, 22, Júlio Marcos da Silva, 28, e José Alípio Guimarães, 32, pertencem à tribo Xacriabá, de São João das Missões, norte de Minas Gerais. O trio foi solto no final da tarde.

Segundo o delegado de polícia de Pontal, Maurício José Furtado Nucci, os trabalhadores detidos participaram da invasão da sede do sindicato e, por esse motivo, foram indiciados pelo crime de dano.

A reportagem tentou localizar os representantes das usinas. Só duas se pronunciaram. A Bela Vista e a Bazan informaram não reconhecer a Feraesp como parte legítima da negociação e afirmaram que o acordo fechado com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal vale até abril de 2009.

TERMINA GREVE DE CORTADORES DE CANA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/08/2008

O fim do movimento de oito dias na região de Ribeirão Preto ocorreu depois que as usinas Bazan, Bela Vista, Carolo e Albertina aumentaram o valor pago ao trabalhador pela tonelada cortada em média em 10%.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Lula critica uso da soja na produção de biodiesel – Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/08/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotou ontem um tom de prudência, ao manter sua incansável defesa do programa do biodiesel. Em Quixadá, no sertão cearense, ele alertou que a adoção da soja como matriz principal do programa de biocombustíveis “é um equívoco e um erro”. “A soja tem seu preço determinado pelo mercado internacional, ou melhor pela Bolsa de Chicago, porque é commodity e, se o preço da soja subir muito no mercado internacional como subiu no começo do ano, fica caro para produzir biodiesel, e aí não é prudente.”

Para ele, prudente é utilizar a soja quando há excesso de produção e o preço cai no exterior, “até para regular o mercado de soja”. Mas, como matriz principal, é muito perigoso colocar tudo que for commodity com preço determinado fora do País. “É aquela desgraça que a gente de vez em quando vê acontecer e não sabe como tratar”, disse a cerca de 2 mil produtores rurais, reunidos sob um imenso toldo climatizado. Os agricultores poderão produzir matéria-prima para biodiesel, como mamona e girassol.

“De repente, estou vendo a inflação brasileira causada por commodities e a gente não pode fazer nada porque o preço não é determinado no Brasil”, reforçou o presidente, ao inaugurar a segunda usina de biodiesel brasileira, em Quixadá, pela Petrobrás Biocombustíveis, subsidiária da Petrobrás.

A usina representa um investimento de R\$ 100 milhões e deverá funcionar, nos próximos seis meses, em fase de teste. A meta é que 50% da produção da usina - que deverá gerar 57 milhões de litros por ano - venha do pequeno produtor, que será estimulado a plantar as matérias-primas. Cerca de 8,5 mil agricultores de 161 municípios cearenses e mais 750 de 32 municípios do Rio Grande do Norte estão cadastrados para fornecer matéria-prima.

Ao falar no evento - prestigiado por cinco ministros, parlamentares e diretores da Petrobrás e da Petrobrás Biocombustíveis -, a representante dos pequenos agricultores, Antonia Ivoneide de Melo Silva, cobrou preço mínimo para matéria-prima, capacitação, crédito e assistência técnica. “O programa só é viável se o trabalhador não passar fome”, destacou, ao exigir “soberania popular, alimentar e energética como direito do trabalhador”.

Lula aceitou o desafio e conclamou os trabalhadores, representados por Contag, Fetraf, sindicatos e sem-terra, a se organizarem e a “acompanhar e denunciar ao governo o que estiver acontecendo de errado para poder consertar”. “Se a gente consertar agora, pode ser um programa maravilhoso, se deixar andar errado pode-se estar plantando um monstro.”

Ele pregou que não se pode permitir que o programa “caia nos desvios que outros programas bem-intencionados caíram no Brasil”. Lula repetiu que a discussão do biodiesel não é fácil, tem causado polêmica e grandes debates pelos que dizem que a produção de biodiesel substituirá o alimento.

Didático, afirmou aos que trabalham na agricultura familiar que, “se alguém deixar de plantar o alimento e dedicar toda sua terra para plantar coisas do biodiesel está cometendo erro”. Segundo ele, um agricultor não pode “deixar de produzir combustível para o seu estômago, para suprir uma necessidade energética e orgânica, para encher o tanque de um carro”. “É totalmente compatível uma grande política de biocombustível e uma grande política de produção de alimentos.”

TÁBUA DE SALVAÇÃO - “Como o programa (do biodiesel) é muito novo, queremos transformá-lo quase numa tábua de salvação para uma parte empobrecida do País, mas também precisamos que outros setores produzam porque para colocar 5% ou 10% no óleo diesel, haja terra para produzir.”

Lula defendeu a pesquisa e a combinação dos avanços tecnológicos na escolha das matérias-primas mais adequadas, o que pode levar cinco ou dez anos. “Quanto mais tecnologia a gente tiver, mais litros a gente vai produzir por hectare e menos terra vamos utilizar”, exemplificou. “Vamos ter que escolher a oleaginosa que produz mais óleo por hectare.”

O presidente voltou a se dizer convencido de que o programa de biodiesel é a grande oportunidade de desenvolver o semi-árido nordestino, conhecido como a parte mais miserável do País. “Nós brasileiros não podemos aceitar quer apontem os dedos sujos de óleo para o Brasil, que quer produzir um combustível limpo e renovável.”

Lula deu os parabéns ao governador cearense Cid Gomes (PSB), que prometeu um subsídio do governo estadual no valor de R\$ 200 por hectare plantado para o biodiesel. Segundo Cid, tudo o que o seu Estado produz hoje não dá para atender a 10% da capacidade da usina recém-inaugurada. De acordo com o presidente, o biocombustível não vai competir com o petróleo, será uma ajuda.

Para presidente, uso da mamona não morreu – Bernardo de Mello Franco – O Globo – Economia – 21/08/2008

QUIXADÁ (CE). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu ontem fazer do biodiesel uma tábua de salvação para o semi-árido nordestino. Ao inaugurar a segunda usina de biodiesel da Petrobras, em Quixadá, no Ceará, ele admitiu problemas na produção de biocombustíveis, mas reclamou das críticas e disse que a mamona não está descartada como matéria-prima do produto, como havia admitido a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo as novas especificações da ANP para o biodiesel, o óleo de mamona, muito viscoso e com risco de entupir os bicos injetores dos motores, precisará de aditivos.

Bastante aplaudido por uma platéia lotada de sertanejos e militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Lula disse que o biodiesel vai dar impulso à agricultura familiar e tirar o sertão de três séculos de atraso: — Queremos transformar esse programa numa tábua de salvação para uma parte empobrecida do país. É a grande oportunidade que nós temos de desenvolver uma parte deste país que há 300 anos é conhecida como a mais miserável, o semi-árido nordestino.

Lula demonstrou irritação com as críticas à produção de biocombustíveis. Ao defender o uso da mamona, acusou parte da imprensa de torcer contra a idéia, embora a própria ANP tenha considerado a oleaginosa inadequada: — Esses dias, eu vi uma matéria dizendo que a mamona tinha fracassado no Brasil. Nem começamos ainda a dar uma dimensão industrial para o biodiesel através da mamona, porque tem muita pesquisa para melhorar a qualidade da semente.

Mas aqueles que não acreditam no programa já começam a dizer que não vai dar certo.

Lula pede a sem-terra que fiscalizem uso de verbas

Lula admitiu que a produção de biodiesel enfrenta problemas.

Mas pediu paciência e comparou o governo a uma mãe que, aos poucos, aprende a criar um filho: — Nós tivemos problemas.

Como o programa é novo, ele comporta todo e qualquer problema, porque nós estamos consertando.

Isso é como uma criança.

A mãe vai aprendendo a cuidar do filho em função das coisas que ele faz todo santo dia. O presidente arrancou aplausos ao dizer que a soja, mais forte nas regiões Sul e CentroOeste, não pode ser usada como principal matéria-prima para o biodiesel, já que seu preço varia de acordo com os humores da Bolsa de Chicago. Diante de pequenos agricultores que usavam chapéus de palha e camisetas do MST e da Contag, Lula pediu apoio dos militantes para fiscalizar a aplicação de verbas públicas e corrigir possíveis erros na condução do programa: — Se a gente consertar agora, pode ser um programa maravilhoso.

Se a gente deixar ele andar errado, pode estar plantando um monstro.

A nova usina de biodiesel da Petrobras tem capacidade para produzir 57 milhões de litros por ano.

A Petrobras investiu cerca de R\$ 100 milhões no projeto. Uma terceira usina será inaugurada em Montes Claros (MG).

Biodiesel: empresas com Selo vendem 321 mi de litros – Sítio Eletrônico do MDA – 18/08/2008

As empresas com Selo Combustível Social comercializaram 321,7 milhões de litros de biodiesel nos dois leilões realizados nos dias 14 e 15 de agosto pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O volume corresponde a 97,3% dos 330 milhões comercializados. Este volume garante a mistura de 3% de biodiesel ao diesel no Brasil no quarto trimestre.

O Selo é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a empresas produtoras de biodiesel que promovem a inclusão social de agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Por meio dele, o produtor tem acesso a alíquotas diferenciadas de PIS/Pasep e Cofins e melhores condições de financiamento junto ao BNDES e a instituições financeiras credenciadas.

O coordenador do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) pelo MDA, Arnaldo de Campos, ressalta que o resultado dos leilões significa a consolidação da participação da agricultura familiar neste mercado. “Isso mostra que o projeto social do biodiesel representa uma oportunidade de renda adicional a estes agricultores”.

A movimentação financeira dos dois leilões realizados pela ANP foi superior a R\$ 850 milhões. O preço médio ponderado ficou em R\$ 2,606/litro, abaixo do valor anterior dos leilões realizados em abril (R\$ 2,690). Em termos de participação regional, o Centro-Oeste ficou em primeiro lugar com 35,2% do total comercializado, seguido do Sul, com 30%. As regiões Nordeste, Sudeste e Norte participaram com 18,8%, 15,3% e 0,7%, respectivamente.

O Ministério de Minas e Energia (MME) projeta que a produção de biodiesel deverá alcançar entre 1,1 bilhão e 1,2 bilhão de litros em 2008, primeiro ano da entrada em vigor da mistura obrigatória de biodiesel ao diesel. Isso colocará o País como terceiro maior produtor e consumidor desse combustível alternativo no mundo, atrás da Alemanha e dos Estados Unidos.

Etanol

Cana-de-açúcar, entre o velho e o novo – Marcos Jank e Elio Neves – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 27/08/2008

Nos seus 500 anos de história, a indústria brasileira da cana-de-açúcar nunca esteve sob tantos holofotes. Nas últimas três décadas a cana deixou de ser meramente uma planta alimentícia para se tornar uma importante alternativa energética limpa e renovável, seja pela experiência bem-sucedida do etanol - que reduz a dependência do petróleo e as emissões de gases de efeito estufa -, seja pelas novas fronteiras da bioeletricidade (feita com o bagaço e a palha de cana), dos bioplásticos e das biorrefinarias. Ocorre que o Brasil soube sair na frente nesta corrida mundial pela busca de alternativas energéticas. Hoje o nosso programa é considerado referência mundial por dezenas de países, começando por EUA e União Européia.

Uma das áreas mais sensíveis deste processo é a sua sustentabilidade econômica, social e ambiental. Há anos, imensos e crescentes esforços dos setores público e privado vêm sendo implementados com o objetivo de atingir o difícil equilíbrio entre eficiência econômica, equidade social e responsabilidade ambiental. Muitas vezes, avanços num pilar da sustentabilidade provocam graves conseqüências em outro. Por exemplo, a necessidade de eliminar a queima da cana nos municípios canavieiros, feita para viabilizar a colheita manual, permitirá o aproveitamento da biomassa dessa mesma cana para gerar bioeletricidade, mas trará uma pesada conta de redução de empregos no setor. Estima-se que até 2014 cerca de 180 mil cortadores de cana irão perder seu emprego no Estado de São Paulo, porém a mecanização e a expansão do setor sucroalcooleiro podem criar 75 mil empregos nas fases agrícola e industrial. Tais números mostram a necessidade urgente de estabelecer programas de requalificação para cortadores de cana, abrindo caminho para que possam trabalhar nas novas funções que serão criadas no setor ou se qualificar para atuar em outros setores da economia. Ao mesmo tempo, é fundamental manter um esforço concentrado e contínuo na melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida dos cortadores em áreas como contratos de trabalho, remuneração, saúde e segurança dos trabalhadores, transporte, alojamentos e atendimento a migrantes contratados em outras regiões do País.

Em 2006, a União da Indústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) assinaram um inédito protocolo de intenções com o objetivo de aperfeiçoar as condições de trabalho e recomendar a adoção das melhores práticas. O protocolo abrange desde a eliminação gradual da terceirização no corte manual da cana-de-açúcar até melhorias no transporte de trabalhadores rurais, atendimento a migrantes e aumento de transparência na aferição e no pagamento do trabalho por produção. Vários grupos de trabalho foram criados e estudos estão sendo desenvolvidos, examinando desde a necessidade de adequação dos equipamentos de proteção individual vendidos no mercado, muitos deles inapropriados para o corte de cana, até uma recomendação expressa de contratação direta dos trabalhadores no corte manual da cana, eliminando totalmente a utilização de empresas prestadoras de serviços (terceiros).

Nesse contexto, o presidente Lula reuniu os principais representantes dos empresários e dos trabalhadores no Palácio do Planalto e instalou a Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, sob a coordenação do ministro Luiz Dulci.

Dois modelos estão sendo estudados. O primeiro é a velha proposta de um contrato coletivo nacional, que resultaria em padrões mínimos nacionais construídos pela negociação de um “mínimo denominador comum” dentro de um setor que se caracteriza por imensa heterogeneidade: são 400 indústrias, 70 mil fornecedores de cana, quase 1 milhão de trabalhadores diretos e canaviais que se espalham por 7,8 milhões de hectares em 20 Estados brasileiros. Em relação à negociação de contrato coletivo nacional de trabalho, o professor José Pastore afirma que, do ponto de vista técnico, é impossível afirmar que esta modalidade é melhor ou pior que a negociação direta regional ou empresarial, já que ambas têm suas vantagens e desvantagens. Do ponto de vista prático, porém, assiste-se no mundo inteiro a um avanço acelerado em direção a negociações mais descentralizadas.

Um segundo modelo, no nosso entendimento muito mais exequível e inovador, seria avançar com base na experiência paulista e negociar nacionalmente um “protocolo de adesão voluntária” que reconheceria as melhores práticas trabalhistas do setor, acima do que prevê a legislação brasileira, validadas por um sistema de auditorias independentes nas empresas. Tal protocolo teria o formato de um “certificado de conformidade” para as empresas que adotam as melhores práticas laborais, incluindo medidas de requalificação e realocação de trabalhadores para operarem com máquinas agrícolas e industriais, num processo de gradual evolução dos padrões acordados. Este sistema se inspira na idéia simples e moderna de que as empresas mais avançadas na área trabalhista poderiam servir de exemplo para a melhoria das demais - e o próprio mercado fatalmente reconhecerá o valor do protocolo e forçará mudanças graduais e efetivas de cultura e práticas laborais no setor.

Nada impede que a uniformização gradual das melhores práticas laborais deste protocolo de livre adesão seja futuramente objeto de um contrato coletivo nacional, que seria então legitimado num ambiente muito mais homogêneo de práticas trabalhistas amplamente reconhecidas pelo mercado, inclusive por meio dos inevitáveis mecanismos de “certificação internacional” da sustentabilidade dos biocombustíveis, que estão sendo discutidos no Brasil e no mundo.

Marcos S. Jank é presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) Elio Neves é presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)

Governo vê trabalho "penoso" na cana – Mário Magalhães – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/08/2008

Para ministros, existem avanços, mas há muito a ser feito na melhoria das condições dos trabalhadores - Centrais pedem medidas para melhorar as condições dos cortadores, sob pena de o país se tornar "vulnerável" em fóruns internacionais

Embora reconheça como "penosa" e "extenuante" a atividade do corte da cana-de-açúcar, o governo considera que houve avanço nas condições de trabalho dos canavieiros. A opinião foi manifestada por três ministros e um secretário do Ministério da Agricultura. Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência) afirma que é preciso "humanizar" a rotina dos cortadores.

Carlos Lupi (Trabalho) defende um "pacto social na área do etanol". Para Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), a situação dos trabalhadores em alguns casos pode tornar o país "vulnerável" em fóruns do comércio internacional.

Dulci é o coordenador da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, iniciativa que reúne o Executivo, empresários e trabalhadores.

Ele diz que os três segmentos concordam "que é necessário e possível aperfeiçoar e humanizar as condições de trabalho". Apesar de progressos, "há muito a ser feito na melhoria das condições desse trabalho, naturalmente penoso e desgastante se comparado a outros".

Lupi dá a medida do que aponta como evolução: "Há 20 anos, havia senhor feudal [na produção de cana]". Procurado antontem por CUT e Força Sindical, Lupi aceitou marcar reunião sobre o tema. "Queremos medidas que acabem com essa vergonha", disse o presidente da Força, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

No domingo, a Folha publicou reportagem sobre a vida dos cortadores de cana, em particular no interior paulista.

Em comparação com 1985, ano da greve de maior envergadura de canavieiros em Guariba (SP), hoje os lavradores do Estado cortam mais cana (9,3 toneladas por dia, contra 5,0), mas ganham menos.

Em 2007, um cortador de cana recebeu a média diária de R\$ 28,90. Há 23 anos, o valor era de R\$ 32,70 (queda de 11,6%), como destacou estudo dos pesquisadores Rodolfo Hoffmann (Unicamp) e Fabíola C. R. de Oliveira (USP). Os valores foram atualizados.

De 2003 a 2007, os fiscais do Trabalho promoveram 3.973 autuações por alegadas irregularidades no setor sucroalcooleiro de São Paulo e 17.655 no Brasil. Em muitos casos, as empresas recorreram.

Uma das opções para os cortadores que deixam a cana são outras culturas, diz Manoel Bertone, secretário nacional de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura.

"Todos nós reconhecemos que o trabalho do corte manual da cana queimada é realmente extenuante, muito difícil de ser feito", afirma Bertone.

O ministro Paulo Vannuchi sustenta que "o tema dos direitos humanos aí não é simplesmente ter respeito pelo ser humano, o que já deveria ser motivo mais do que suficiente para os grandes empresários brasileiros e paulistas não permitirem a repetição desse tipo de estado de coisas que a reportagem da Folha descreveu".

Vannuchi teme que o Brasil possa ser prejudicado em organismos do comércio internacional devido às condições de trabalho na roça da cana.

Ele não se refere apenas aos episódios com denúncia ou mesmo condenação por trabalho análogo à escravidão: "Também o trabalho que não é escravo, mas degradante, desumano, sujeita o Brasil a um desgaste internacional muito preocupante".

O esforço do trabalho em São Paulo já produziu casos como o do lavrador Valdecir da Silva Reis, 35. Em 2006, ele cortou 52 toneladas de cana em um dia. Hoje, doente, não consegue mais trabalhar.

Para usineiros, problemas são isolados – Estado de São Paulo – Dinheiro – 27/08/2008

A União da Indústria da Cana-de-Açúcar afirma que os problemas trabalhistas são isolados e não representam a realidade do setor.

"São casos pontuais", diz a entidade, "que congrega 117 usinas de etanol e açúcar.

"A Unica há muito tempo não perde tempo para dizer que não existe problema no setor. Um setor que atinge a escala que este atingiu vai ter problemas, a serem enfrentados o tempo todo, continuamente. Não há nenhum setor desse tamanho em que não se encontrem problemas. Só que as pessoas não procuram os problemas nos outros setores, porque eles não estão no holofote."

Para a Unica (pronuncia-se "única"), "as exceções são transformadas em regra. Não se dá nenhum crédito aos avanços no setor".

Mais: "Só se procuram as exceções, transformadas em reportagem. Isso [os problemas do trabalho] não é amplo, não é generalizado. Há vários avanços de postura. A Unica não aceita que se coloquem questões pontuais e isoladas como regra do setor. Elas não são a regra".

A Unica se pronunciou sobre o temor do ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, de que o Brasil seja acionado em organismos internacionais devido às condições de trabalho nos canaviais: "Isso já ocorre periodicamente. Esse problema nasce no próprio Brasil. É no Brasil que se levantam essas questões dessa forma, fora de contexto". *(MM)

MOVIMENTO DE BÓIA-FRIA GANHA ADESÃO EM SP – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/08/2008

Ontem pela manhã, cerca de 950 cortadores de cana do município de Morro Agudo (SP) e de Cândia, distrito de Pontal, aderiram à greve dos bóias-frias na região de Ribeirão Preto, que já dura uma semana. Com as novas adesões, segundo a Feraesp (Federação dos Trabalhadores Assalariados do Estado de São Paulo), chega a 5.000 o total de grevistas. Três das quatro usinas atingidas pelo movimento (Bazan, Bela Vista e Albertina) dizem que 3.150, de um total de 4.900, estão parados -a reportagem não conseguiu ouvir a Carolo. Elas estimam os prejuízos em R\$ 8 milhões.

Minc nega cana e usina de álcool no Pantanal – O Globo – O País – 26/08/2008

Após receber ambientalistas, ministro anuncia faixa de defesa e medidas de combate a mau uso do solo local

BRASÍLIA. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, voltou a afirmar ontem que não haverá instalação de novas usinas de álcool nem plantio de cana-de-açúcar no Pantanal. Ele falou sobre o assunto após se reunir com ambientalistas que foram a Brasília para cobrar explicações sobre outras medidas recentes que envolvem acordos com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Minc disse que o aumento da produção de álcool é uma prioridade do governo, mas afirmou que o país não pode permitir a associação entre biocombustíveis e poluição. Segundo o ministro, permitir que a fabricação de etanol contribua para a destruição de riquezas nacionais significa dar argumento aos países que tentam barrar a exportação do álcool brasileiro. — O governo quer defender o etanol brasileiro. E, para defendê-lo, tem que deixar claro que é o etanol verde. Se agredir a Amazônia ou o Pantanal, aqueles que querem impor barreiras lá fora vão dizer que o nosso etanol é sujo e contamina os rios do Pantanal — afirmou o ministro. Em nota, Minc disse ainda: “ Em torno do Bioma Pantanal, será criada uma faixa de exclusão para além do Bioma Pantanal. E mais: após essa faixa de exclusão, serão ainda tomadas medidas para mitigar o impacto das atividades econômicas já instaladas na região há mais de dez anos, como, por exemplo, o chamado plantio direto de cana, que gera menos movimento de terra e menos assoreamento, e a redução progressiva do uso de agrotóxico, visando a sua eliminação ” . No sábado, O GLOBO informou que o governo quer permitir a plantação de cana na região conhecida como Planalto do Pantanal. Segundo acordo de Minc com Stephanes, confirmado ao jornal pelo ministro do Meio Ambiente, as plantações poderão avançar em áreas hoje utilizadas como pastagens ou em lavouras de soja, milho e algodão. O Ministério da Agricultura informou que o texto que permitirá essa mudança já está na Casa Civil. Ambientalistas dizem que o plantio de cana no Planalto do Pantanal pode contaminar com vinhoto, um resíduo tóxico produzido na fabricação de álcool, os rios da região, que integram a Bacia do Alto Paraguai e desembocam nas áreas alagadas do Pantanal. Minc festeja “ trégua ” com ambientalistas Ontem, Minc prometeu dar incentivos para aumentar o aproveitamento do vinhoto na indústria do álcool. O ministro disse que as quatro usinas de álcool que já existem na Amazônia serão mantidas, mas não haverá autorização para a instalação de novas fábricas na floresta: — As que já existem não vão ser dinamitadas, e nenhuma usina nova será feita. Minc recebeu cópia de um manifesto com duras críticas a sua gestão, assinado por 13 ONGs de defesa do meio ambiente, como WWF Brasil, Greenpeace e Amigos da Terra. Segundo o documento, o ministro teria contrariado seu discurso de posse ao fazer concessões ao agronegócio. Ao fim do encontro, a portas fechadas, Minc anunciou a criação de um fórum permanente para discutir as políticas do setor com os ambientalistas. O ministro disse ter celebrado uma trégua com as entidades: — Algumas questões estavam circulando pela imprensa e, na falta de mais diálogo, acabavam sendo respondidas também pela imprensa. Três dias depois de acusar Minc de atuar como um segundo ministro da Agricultura, o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão, disse que ficará atento às próximas medidas do ministro. Após o encontro, ele afirmou que Minc não pode fazer concessões a cada pedido da bancada ruralista no Congresso: — Essa discussão no varejo com os ruralistas nunca tem fim, porque eles sempre apresentam novos pedidos.

Alemanha condiciona acordo nuclear com o Brasil à energia renovável – Graça Magalhães – O Globo – Economia – 26/08/2008

O vice-ministro da Economia alemão, Bernd Pfaffenbach, disse que o país preservou o acordo nuclear com o Brasil, assinado em 1975, por interesse do governo brasileiro. Mas nele foi incluído um acordo para energia sustentável e aumento da eficiência energética, que prevê também a cooperação na área de biocombustíveis. Pfaffenbach esteve no Brasil em maio, integrando a comitiva da chanceler Angela Merkel, para o fechamento do acordo, assinado após anos de polêmica, sobretudo do lado alemão, sobre a continuação ou não do acordo nuclear. Por iniciativa do governo do ex-chanceler Gerhard Schröder, da coalizão verde-socialdemocrata, os dois países decidiram transformar o acordo nuclear em uma cooperação na área da energia renovável em 2004. Depois que o Brasil manifestou interesse em retomar o acordo nuclear, no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu levar adiante o projeto da usina de Angra 3 e planejar a construção de novas usinas, o assunto voltou a ser motivo de polêmica na Alemanha. Enquanto o ministro da Economia, Michael Glos, do partido conservador, era favorável ao acordo nuclear, seu colega do Meio Ambiente, Sigmar Gabriel, do partido social democrata (SPD), era contra. Por trás disso, está a divisão do próprio governo alemão. Em 1998, o então governo eleito SPD/verdes decidiu abandonar a energia nuclear. Com o aumento dos preços da energia, a aliança União Democrata/ União Social Cristã (CDU/CSU) passou a defender a revisão dessa decisão. Mas, enquanto nos anos 70 o governo alemão até concedeu uma garantia para o financiamento de Angra 2 — que entrou em operação em 2000, depois de 25 anos de obras —, não há planos de apoiar o próximo projeto. Uma das empresas com contrato para Angra 3 é a francesa Areva, controladora da Framatome, que se fundiu com a alemã KWU, da Siemens — construtora de Angra 2. — Até agora, não houve nenhum pedido brasileiro de financiamento de Angra 3. Se houver, será julgado como um caso político, e não como uma licença normal, por causa da posição crítica alemã em relação à energia nuclear — disse ao GLOBO Pfaffenbach, que participa da XXXV Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, que começou ontem e termina hoje em Colônia. Nenhum país tem solução segura para lixo atômico Pfaffenbach lembrou que, em meio à discussão sobre a necessidade de reduzir as emissões de gases poluentes, os defensores da energia atômica apontam esta como a melhor solução: — Por outro lado, temos o problema gravíssimo de que nem Alemanha nem Brasil nem qualquer outro país conseguiu uma solução para o fechamento do ciclo nuclear, ou seja, uma forma segura de armazenamento do lixo atômico.

Cana no Pantanal vira crise ministerial – O Globo – Capa – 27/08/2008

Depois da reunião com a ministra Dilma Rousseff, versões diferentes sobre os planos de liberar o plantio de cana no Pantanal: Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que está prevista a ampliação dos canaviais em áreas da Bacia do Alto Paraguai, mas Carlos Minc (Meio Ambiente) voltou atrás e disse que não permitirá o plantio. Página 13

Ministros divergem sobre plantio de cana no Pantanal – Bernardo de Mello Franco – O Globo – O País – 27/08/2008

Stephanes confirma plano do governo de liberar produção nas áreas mais elevadas; Minc diz que não permitirá Bernardo Mello Franco BRASÍLIA. Após uma reunião fechada com a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura) deixaram ontem o Palácio do Planalto com versões diferentes sobre os planos do governo de liberar os canaviais e aumentar a produção de álcool na região do Pantanal. Stephanes confirmou que o projeto do governo prevê a ampliação da lavoura de cana em áreas mais elevadas da Bacia do Alto Paraguai, onde correm os rios que deságuam nas áreas alagadas do Pantanal. Minc voltou atrás e disse que, diferentemente do que havia afirmado anteriormente, não permitirá o plantio de novos pés de cana nem em áreas já degradadas do Planalto Pantaneiro. Pela manhã, antes das declarações de Minc, a ex-ministra do Meio Ambiente e senadora Marina Silva (PT-AC) se disse preocupada com o assunto, e condenou qualquer plano de avanço da cana na região do Pantanal. — Não pode haver expansão de canal, nem no planalto, nem na planície. O ministro Minc falou que não haverá retrocesso. Espero que isso, de fato, seja mantido — disse.

Ministro da Agricultura se irrita com as críticas – O Globo – O País – 27/08/2008

BRASÍLIA. À tarde, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, demonstrou irritação com as críticas feitas por ambientalistas, que vêem no plano de zoneamento da canadeaçúcar uma ameaça à sobrevivência das espécies do Pantanal. Stephanes admitiu ao GLOBO que o governo vai mesmo liberar o plantio de novos canaviais nas terras elevadas da Bacia do Alto Paraguai, mas contestou a expressão Planalto Pantaneiro, usada na região e nos estudos científicos sobre o ecossistema local. — Ninguém chama aquilo de Planalto do Pantanal. O que existe é a Bacia do Alto Paraguai — afirmou. Stephanes diz que há novas usinas de álcool em estudo. Mapas oficiais mostram que a bacia ocupa áreas dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e inclui tanto a planície alagada quanto o Planalto Pantaneiro. Stephanes confirmou que a instalação de novas usinas de álcool na região também está em estudo. Mas descartou a possibilidade de que o vinhoto, um líquido tóxico liberado na fabricação do álcool, contamine os rios que correm no planalto e desça para as áreas alagadas do Pantanal. — Vai ser feito o que for ambientalmente correto. Hoje, a questão do vinhoto não é mais problema — afirmou. À noite, após ser informado das declarações de Stephanes, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, mudou de tom. Ele voltou a incorporar o discurso ambientalista e afirmou que não vai liberar a plantação de qualquer pé de cana na região, seja na planície alagada, no Planalto Pantaneiro ou na Bacia do Alto Paraguai. Desde sexta-feira, ele vinha dizendo que o plantio da cana seria permitido nas terras do planalto que hoje já são ocupadas por pastagens ou outras lavouras, como soja, milho e algodão. — Não vai ter usina e não vai ter canal. Nem na planície, nem no planalto. Não vai ter nada. Zero — afirmou Minc, por telefone. Minc diz que acionará o Ibama, se for necessário. Minc disse que fará valer uma resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que impede a instalação de qualquer usina de álcool na Bacia do Alto Paraguai. Ele chegou a afirmar que acionará o Ibama, se for necessário, para impedir a instalação de novas fábricas na região. — Independentemente de qualquer plano, qualquer implementação de usina será embargada imediatamente pelo Ibama. Isso inclui a parte de baixo e a parte de cima — afirmou, referindo-se à planície e ao planalto do Pantanal, um dos ecossistemas mais importantes do país. Apesar da divergência de versões, Minc negou que tenha havido qualquer desentendimento entre ele e Stephanes durante a reunião a portas fechadas na Casa Civil, que se estendeu por duas horas e meia. O ministro do Meio Ambiente afirmou que a discussão ainda está em aberto e que o novo mapa da cana no país será decidido pelo presidente Lula. Ainda segundo Minc, o plano do governo federal é ampliar a área de plantio de cana para a fabricação de álcool dos atuais 7 milhões de hectares para 13 milhões de hectares.

Stephanes ressalta harmonização da cadeia de açúcar e álcool – Sítio Eletrônico do MAPA – 20/08/2008

Brasília (20.8.2008) – “É importante a harmonização em toda a cadeia, tanto de produtores, exportadores, indústrias e consumidores. Em relação ao zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, estamos chegando a um consenso, já que todo o setor concorda com as linhas estabelecidas”, ressaltou o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, durante reunião da Câmara Setorial de Açúcar e Álcool, nesta quarta-feira (20), em Brasília.

Foram criados quatro grupos temáticos: de regulação e abastecimento, de questões socioambientais, de bioeletricidade e de política agrícola. Esse último tratará de temas como alternativas para a volatilidade de preços, medidas que reduzam o risco do produtor rural e o seguro-renda. O grupo será representado por fornecedores, membros de unidades produtoras e governo. Os resultados serão apresentados na próxima reunião da câmara, prevista para novembro.

Para o presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Edison José Ustulin, a criação desses grupos contribuirá para o avanço nos aspectos tecnológicos e na elaboração de políticas públicas relacionadas à viabilização econômica do setor canavieiro. “Hoje, o custo de produção da cana-de-açúcar é de R\$ 55 a tonelada. Com isso, estamos pleiteando uma política de garantia de preço mínimo para o setor“, finalizou. *(Da Redação)*

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

EUA terá megausinas de energia solar – Estado de São Paulo – Vida & - 16/08/2008

Serão construídas na Califórnia (EUA) duas usinas de energia solar que, juntas, vão gerar 12 vezes mais eletricidade que a maior usina do tipo já existente. Elas vão ocupar 32,4 km² e, em dias ensolarados, poderão gerar 800 megawatts de potência - equivalente a uma grande termelétrica ou a uma pequena usina nuclear. NYT

Obama quer acordo com Brasil sobre etanol - José Meirelles Passos – O Globo – economia – 28/08/2008

Candidato democrata defende que país entre para o G-8, grupo das nações mais industrializadas do mundo

Barack Obama já tem algumas decisões tomadas em relação ao Brasil se vencer as eleições. Uma delas é expandir o atual acordo bilateral sobre etanol, que depois de 15 meses em vigor não saiu da fase de boas intenções. Outra é criar um Fórum de Energia Global com destacada participação brasileira. Ele pensa, ainda, em negociar com os países ricos a ampliação do G-8, de forma a incluir mais cinco países — entre eles o Brasil. O republicano John McCain também tem defendido a inclusão do Brasil no grupo. Tais iniciativas foram reveladas ontem por Dan Restrepo, conselheiro político sênior de Obama para a América Latina, ao final de um seminário na Universidade de Denver sobre as perspectivas de novas relações dos EUA com a região. Em entrevista a jornalistas brasileiros, Restrepo contou que Obama estaria muito impressionado com a importância do Brasil no continente e também no cenário global: — Isso é algo que tem despertado a atenção dele. E isso é uma peça importante em sua visão de ter um relacionamento robusto com os

brasileiros, tanto em assuntos regionais quanto em questões globais. Ausência de conflito racial no Brasil atrai candidato O conselheiro acrescentou que o Brasil “ certamente tem capturado a atenção de Obama ” tanto em termos de país, em si, quanto de sua população. Ele teria uma forte identificação com o país devido também à sua grande população negra: — Barack tem uma visão global e uma história de vida bem diferentes da maioria das pessoas e, certamente, daquelas que alguma vez tentaram chegar à Presidência dos EUA. O Brasil tem a maior população afro-descendente do mundo, e isso claramente chama a atenção dele. Restrepo sugeriu que esse fato provoca algo mais do que uma simples identificação racial: o Brasil seria encarado por Obama como um modelo de convivência racial: — Chama claramente a atenção de Barack a forma como o Brasil encarou as negociações (domésticas) com os mesmos tipos de questões com as quais os EUA lidam em termos de raça. Isso é algo que lhe interessa muito, e é uma coisa que tem surgido nas discussões de nossa equipe — revelou Restrepo. Tanto ele quanto outro conselheiro da equipe de Obama encarregada da América Latina, Frank Sanchez, desmentiram os supostos planos do candidato de visitar o Brasil ou outros países da região pouco antes ou pouco depois das eleições. — No curto prazo isso não vai acontecer — afirmou Sanchez. Restrepo reforçou: — O mais importante agora é que Obama tem um programa detalhado para a região. Ele a visitará quando for possível. Importante é ter uma visão a respeito dela. Visitá-la também é importante, mas não se trata da parte mais importante. O que não podemos é continuar fazendo a mesma coisa. Temos que romper com as políticas que estão congeladas no passado. Ele lembrou, referindo-se especificamente ao Brasil, que a criação do Fórum de Energia Global é uma proposta concreta. A idéia seria que EUA e Brasil se sentem juntos para criar um mecanismo, com a participação de potências internacionais, para lidar com os desafios mundiais nesse setor. — Isso mostra o quanto é importante o relacionamento entre Estados Unidos e Brasil — disse Restrepo. Quanto ao etanol, disse que Obama tem conversado com sua equipe a respeito do modelo brasileiro, citando-o como “ um exemplo de segurança e ao mesmo tempo independência energética de grande sucesso ” : — Segundo Barack, os EUA têm de fazer algo parecido com isso.

O ciclo destruidor da commodity etanol – Sítio Eletrônico do MST – 21/08/2008



O interesse comum para que o etanol possa ser comercializado como uma commodity - produtos primários negociados no mercado internacional pela bolsa de valores- vem sendo discutido entre o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, e o subsecretário de Energia dos Estados Unidos, Jeffrey Kupfer. Em reunião com Kupfer no dia 5 de agosto, Lobão lembrou que, assim como o Brasil, os Estados Unidos pretendem manter uma política cada vez mais intensa na produção de biocombustíveis.

Os norte-americanos deverão produzir cerca de 34 bilhões de litros de etanol a base de milho este ano. Já a produção brasileira deve chegar a 23 bilhões de litros, extraídos de cana-de-açúcar. Kupfer ressaltou que os dois países têm interesse em tornar o etanol uma commodity. No entanto, o subsecretário não sinalizou a possibilidade de o governo americano reduzir ou eliminar as tarifas para importação do etanol brasileiro.

Os esforços para tornar o etanol uma commodity trarão grandes benefícios para os empresários do ramo. Isso porque a medida impulsiona um imenso e lucrativo mercado: o da retificação, padronização e certificação. Algo muito parecido com o que compreende hoje o mercado das refinarias de petróleo.

Como explica o engenheiro agrônomo Horácio Martins de Carvalho, “para o etanol ser incorporado como mistura no combustível dos diversos países do globo, é preciso que esteja padronizado”, explica.

Bom para poucos. Péssimo para muitos. Horácio Martins aponta que comercialização do etanol como commodity irá exacerbar ainda mais os problemas relacionados à atual estrutura agrária brasileira como a pobreza no campo, a concentração da propriedade, a produção de alimentos e os crimes contra os direitos humanos e trabalhistas.

A intenção é permitir que o etanol seja um produto negociável na Bolsa de Futuros. “Mas para isso, é preciso expandir ainda mais a monocultura da cana, pois o Brasil não pode dizer que vai ofertar 20 milhões de litros em dois anos e não produzir isso. O problema do mercado de futuros é exatamente este: não se pode romper com ele. Nossa estrutura agrária acaba sendo refém desse mercado, como já acontece com a soja, a pecuária, o cacau e outros”, pondera o engenheiro.

Dessa forma, o impacto no preço da terra será grande, pois como explica Horácio, o campo tenderá cada vez mais a ser usado para as plantações de maior rentabilidade, ou seja, as destinadas à exportação, afetando as produções para consumo interno. “Pro capitalismo tanto faz. Ele não está preocupado. Para ele se falta feijão no Brasil, importa-se da África. Até mesmo porque a produção de alimentos no mundo já está concentrada nas mãos de grandes grupos empresariais que produzem em várias partes do mundo. Ou seja, eles importam e eles vendem”, explica.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



IIICA

NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

